

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



TRABALHO
DE
CONCLUSÃO
DE
CURSO

881430002

Campinas, 2003

UNICAMP FE - BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA PAULA SECO

LIVROS DE VIAGENS:
FONTES PARA A
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

Campinas, 2003

Ana Paula Seco

Livros de Viagens: fontes para a História da Educação

Monografia apresentada à
Faculdade de Educação da
UNICAMP, para a obtenção do
diploma do Curso de Pedagogia,
sob a orientação do Prof. Dr. José
Claudinei Lombardi

2003

UNIDADE..	FE
Nº CHAMADA:	TCC-UNICAMP
	Se24L
V:.....EX:.....	
TOMBO:	314
PRCC:	124/2003
C:.....D:.....	X
PREÇO:	11,00
DATA:	05/11/03
Nº CPD:	Pib = 308103

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Se24L	Seco, Ana Paula. Livros de viagens : fontes para a história da educação / Ana Paula Seco. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientador : José Claudinei Lombardi. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Fontes históricas. 2. Educação - História. 3. Viajantes. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	02-0104-BFE

Comissão Julgadora:

José Claudinei Lombardi

José Luís Sanfelice

Julho, 2003

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter concluído esta etapa.

Agradeço aos meus pais pela vida, pelo amor incondicional e apoio contínuo, em todos os sentidos. Agradeço a eles por ter me ensinado o que é realmente importante e por estarem sempre presentes na minha vida.

Agradeço a toda minha família por ser uma verdadeira família, partilhando o indivisível.

Agradeço ao professor José Claudinei Lombardi, meu orientador, pelo estímulo e liberdade de trabalho e pelo inestimável apoio durante este trabalho.

Agradeço a todos os amigos, sem os quais não haveria alegria em fazer este trabalho.

Agradeço aos professores que foram fundamentais em minha formação, a todos eles. Em especial, agradeço ao professor José Luís Sanfelice, exemplo de dedicação à profissão.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Educação, pelo desprendimento e atenção no atendimento de tantos pedidos.

Finalmente, a retórica de agradecimento é insuficiente para expressar a minha gratidão para com Fabrício.

Resumo

Há tempos, a História amplia seus objetos, suas matrizes teóricas, seus procedimentos e instrumentos analíticos; não por acaso, há também um deslocamento no campo de estudos na História da Educação. No próprio ambiente desta disciplina sempre existiu uma herança interdisciplinar. Nos últimos anos, verifica-se também uma radical mudança nos aportes teórico-metodológicos do campo da educação, que inegavelmente auxiliam o encontro entre a pesquisa educacional e o olhar historiográfico.

Foi através da ação conjunta de muitas orientações historiográficas que se chegou a determinar a transformação no modo de entender a história e desenvolver sua pesquisa científica, conduzida segundo princípios metodológicos profundamente renovados. Pelo menos quatro orientações: o marxismo; a pesquisa dos *Annales* e a história total; a contribuição da psicanálise para a pesquisa histórica e o estruturalismo e as pesquisas quantitativas.

No cruzamento dessas diversas posições surgiram novos métodos que afirmou sua liberalização e seu radical pluralismo; houve também uma revolução no modo de tratar o tempo, dando vida a uma visão pluralista e dialética do tempo histórico e a noção de “documento” sofreu uma renovação radical, sofrendo uma ampliação, articulando-a e desenvolvendo uma nova percepção das fontes e uma nova organização dos arquivos.

Dentro deste quadro selecionamos um tipo de fonte que vem sendo amplamente utilizada como instrumento de trabalho nos mais diversos campos de estudos, como na etnografia, na geologia, na sociologia, na história e porque não na História da Educação, que são os livros de viagens ou literatura de viagem.

As obras de viajantes podem ser livros de muita utilidade para aqueles que se interessam por assuntos que se referem à nossa História. Muitos contêm informações preciosas sobre o Brasil, que já no século XVI despertou o interesse de viajantes europeus e norte-americanos, mais tarde, os quais ao retornarem às suas respectivas pátrias procuraram divulgar suas impressões acerca da terra, do povo, da cultura, das riquezas e também do estado da educação deste povo do Novo Mundo.

As narrativas e testemunhos dos viajantes - sofrendo o natural crivo do

etnocentrismo, da deformação advinda da distância cultural, do choque inevitável de valores - representam uma fonte de conhecimento da realidade de uma época, realidade que captada e reproduzida por observadores fortuitos, estrangeiros de passagem, mesmo prolongadas ou não, mas que foram observadores alheios a ela.

Podemos dizer, portanto, que as obras dos viajantes são importantes, não somente como relatos das experiências individuais de seus autores, mas também por constituírem fontes documentais para as mais variadas disciplinas, dentre elas a história da educação. Além disso, certamente ajudaram na construção das distintas imagens que os brasileiros têm de si mesmos e de seu passado. Sendo assim, buscamos nestas formas de documentos históricos nossos instrumentos de trabalho para a construção e o enriquecimento da nossa história no campo da educação.

No presente trabalho o objetivo não é o de realizar uma profunda análise histórico-educacional das obras deixadas pelos viajantes, mas apenas o de apontar os livros de viagens como novas fontes para a História da Educação, deixando um caminho aberto para vários aspectos a serem pesquisados.

Índice

Introdução	p. 09
Capítulo I – A História e a História da Educação	p. 13
1.1. O conhecimento histórico e o “fazer história”	p. 14
1.2. As novas fontes para a História da Educação	p. 21
Capítulo II – O viajante, a viagem e a obra: breves apontamentos	p. 25
2.1. Construindo a figura do viajante	p. 26
2.2. A viagem	p. 28
2.3. Os livros de viagens e o seu legado	p. 30
2.4. Novas fontes, novos cuidados	p. 33
Capítulo III – “Coisas do Brasil”	p. 36
3.1. Nas páginas dos livros de viagens	p. 37
3.2. A educação nas páginas dos livros de viagens	p. 39
Considerações finais	p. 49
Bibliografia	p. 51
Anexo 1 – Algumas breves biografias	
Anexo 2 – Viajantes e suas obras em números	
Anexo 3 – Modelo de ficha catalográfica	

Introdução

“O significado da educação está intimamente ligado ao significado da História. Do ponto de vista do objeto, está ligado devido à determinação histórica que é exercida sobre o fenômeno educativo. Do ponto de vista do enfoque, está o fato de que pesquisar em história da Educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica.”

Este Trabalho de Conclusão de Curso se originou de um primeiro trabalho realizado dentro do programa de Iniciação Científica, com o projeto sob o título de “Levantamento e Catalogação das obras deixadas pelos viajantes que estiveram no Brasil durante o Período Colonial e o Império” que se inseria em um projeto de caráter nacional denominado “Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira”, cujo principal objetivo foi o levantamento e a posterior catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira, fundamentais para a pesquisa historiográfica no Brasil.

Neste levantamento, feito a partir de arquivos e/ou bibliotecas da Unicamp, previamente determinadas no projeto¹ fez-se uso de técnicas usuais do trabalho arquivista e bibliográfico, com a criação de “Fichas de Catalogação de Fontes”, para registrar informações sobre cada documento ou livro encontrado, em se tratando de obras de viajantes que aqui estiveram e escreveram sobre o Brasil, dentro do período citado acima².

O projeto desenvolvido no programa de Iniciação Científica se justificou pela sua relevância a partir do momento que se propôs a realizar o fichamento catalográfico das fontes e, como resultado, fornecer um material informatizado, diferenciando-se,

1Biblioteca Central no setor de Obras Raras (OR) e coleções Especiais (CE), Biblioteca do Instituto de Geociências (IG), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e da Faculdade de Educação (FE) e Instituto de Economia (IE)

2 Foram levantadas obras de homens que apenas passaram pelo Brasil, em incursões rápidas; outros que vieram para estudar e explorar o Novo Mundo em expedições, missões ou por conta própria e de outros que acabaram por se fixar no Brasil ou aqui encontrando a morte, sendo enterrados em solo brasileiro.

assim, dos catálogos convencionais; com isso, contribuindo para uma maior agilidade no seu uso por parte de historiadores e pesquisadores do campo educacional. Além de contribuir para o esforço contra a escassez, a dispersão e a precariedade na organização das fontes históricas fundamentais à pesquisa histórica da educação brasileira.

Torna-se relevante ressaltar aqui o nosso entendimento sobre os conceitos de fonte primária e secundária como sendo o conjunto de documentos existentes em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, incluindo qualquer documento, desmembrado, originário de locais dispersos, que se torne objeto de estudo, se coloque a serviço da pesquisa educacional e sirva como testemunho dos homens que objetivaram historicamente. Sendo catalogação entendida como descrição dos documentos levantados, a partir de sua leitura prévia, em fichas próprias, permitindo a identificação da fonte por parte do usuário, seguindo a informatização dessas fontes, produzindo, assim, a catalogação informatizada a que se propõe o projeto¹.

Uma vez realizado o levantamento e a catalogação das obras dos viajantes, se abriu um caminho para iniciar um estudo sobre os relatos deixados por eles, através da leitura e da análise das obras encontradas nas bibliotecas da Unicamp, direcionando o olhar para os trechos que se referiam à educação no Brasil desse período _ Colônia e Império. Ou até mesmo, no viés, analisando a possível ausência de escritos sobre a educação no Brasil dessa época, cabendo tentar entender o porque dessa ausência de informações sobre a educação, o ensino e até mesmo do sistema educacional neste período por parte desses viajantes, buscando entender qual o papel que a educação ocupava nesse período e o porque da falta de registros sobre sua prática, contribuindo para a melhor compreensão da História da Educação no Brasil, através do olhar do estrangeiro³.

Tomando de empréstimo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, o entendimento acerca do papel da História e da História da Educação e como ambas se interligam, vemos o historiador como aquele que exercita a História com seus métodos, teorias e instrumentos, dedicando-se, entre outros objetos e problemas de investigação, à educação que, por sua vez, não é mera abstração, mas é social, geográfica e historicamente determinada.

Para tanto trouxemos para este trabalho a discussão acerca do conhecimento

³ Muito ainda há de ser levantado e catalogado. Fica-nos a certeza de que uma busca desse tipo não tem jamais um fim, e que sempre emergirão do esquecimento novos escritos, do anonimato outros viajantes,

histórico e do “fazer história” e de sua influência para o campo da História da Educação, através de três grandes nomes como o de Hobsbawm, Werneck Sodré e Antônio Lapa.

Em seguida, acompanhando o deslocamento no campo de estudos na História da Educação, que por sua vez acompanha as mudanças no campo da pesquisa histórica que teve ampliado seus objetos, suas matrizes teóricas, seus procedimentos e instrumentos analíticos, além de, nos últimos anos, verificar-se também uma radical mudança nos aportes teórico-metodológicos do campo da educação, que inegavelmente auxiliam o encontro entre a pesquisa educacional e o olhar historiográfico, lançamos mão de um novo tipo de fonte ainda pouco trabalhada na área da história da educação, os livros de viagens.

Com os novos métodos, houve também uma revolução no modo de tratar o tempo, dando vida a uma visão pluralista e dialética do tempo histórico e a noção de “documento” sofreu uma renovação radical, sofrendo uma ampliação, articulando-a e desenvolvendo uma nova percepção das fontes e uma nova organização dos arquivos.

Acompanhando as inovações quanto às técnicas de pesquisa, o tratamento das fontes e a orientação metodológica temos a abertura do leque tradicional de fontes históricas, com a colocação de novas questões e o enfoque das antigas questões sob novos ângulos de análise. Essas novas tendências, portanto, têm em comum a pregação da necessidade de novos problemas para a pesquisa no campo da história e da história da educação, em especial; de novos objetos de análise; de novos métodos de conhecimento e de novas fontes para a pesquisa histórica e histórico-educacional, imperando o “novo”.

Dentro deste quadro é que se encontra este novo tipo de fonte que vem sendo amplamente utilizada como instrumento de trabalho nos mais diversos campos de estudos, como na etnografia, na geologia, na sociologia, na história e porque não na História da Educação, que são os livros de viagens ou também chamado de literatura de viagem.

As narrativas e testemunhos dos viajantes - sofrendo o natural crivo do etnocentrismo, da deformação advinda da distância cultural, do choque inevitável de valores - representam uma fonte de conhecimento da realidade de uma época, realidade que captada e reproduzida por observadores fortuitos, estrangeiros de passagem, mas que foram observadores alheios a ela.

escrevendo suas impressões de viagem, contribuindo, de uma forma ou de outra, para o enriquecimento da historiografia brasileira.

Podemos dizer, portanto, que as obras dos viajantes são importantes, não somente como relatos das experiências individuais de seus autores, mas também por constituírem fontes documentais para as mais variadas disciplinas, dentre elas a história da educação. Além disso, certamente ajudaram na construção das distintas imagens que os brasileiros têm de si mesmos e de seu passado. Sendo assim, buscamos nestas formas de documentos históricos nossos instrumentos de trabalho para a construção e o enriquecimento da nossa história no campo da educação.

Por se tratar de um tipo novo de fonte a ser pesquisada, principalmente para o campo da História da Educação, neste trabalho apontamos alguns aspectos de como se deve trabalhar com essas obras, uma vez que constituem um tipo diferenciado de fonte.

Acompanhando temos a explanação do que tomamos como viajante, como o caracterizamos juntamente com suas obras, bem como alguns trechos das obras lidas ilustrando o que é possível encontrar a respeito da educação no Brasil do período colonial ao Império em tais obras.

O intuito deste trabalho não é o de realizar qualquer tipo de análise aprofundada dos trechos sobre educação contidos nos livros de viagens mas apenas apontar para esta nova fonte que serve ao campo da História da Educação.

Capítulo I

A História e a História da Educação

Qualquer estudo histórico, mesmo uma monografia sobre um assunto bastante limitado, pressupõe um recorte do passado, feito pelo historiador, a partir de suas concepções e da interpretação de dados que conseguiu reunir. Além disso, este recorte obedece a um critério de relevância e implica o abandono ou o tratamento superficial de muitos processos e episódios.

O conhecimento histórico e o fazer história envolvem, portanto, diferentes concepções e modos de conceber a história, que, por sua vez, apresentam métodos, pressupostos teóricos e até mesmo o modo de abordar as fontes e o modo de lidar com o fator tempo se dando de maneiras também diversas.

Diante da grande variabilidade em lidar com o fazer história o que se apresenta no embate hoje é se está se fazendo ciência ou não. O modo do historiador conceber a história e o fazer história, se modificou, e vem se modificando a cada dia, suscitando a discussão acerca da problemática do fazer história hoje, se instauração a chamada crise dos paradigmas, ligado à pós-modernidade.

As inovações bem como as discussões e debates acerca das novas direções que o fazer história vem tomando também atingem o campo da História da Educação, uma vez que o aspecto educação não se desvincula do fator histórico que a envolve.

Acompanhando as inovações que ocorreram no campo das técnicas de pesquisa, no modo de focar as fontes e na orientação teórico-metodológica temos a abertura do leque tradicional de fontes históricas, e dentre estas novidades temos os livros de viagens apontando como importantes fontes para o campo da História da Educação; fontes estas que já há algum tempo vêm sendo largamente utilizadas por estudiosos de áreas como a história, a sociologia, a botânica, e outras mais.

1.1. O CONHECIMENTO HISTÓRICO E O “FAZER HISTÓRIA”

Ninguém, melhor que Eric Hobsbawm para começarmos este texto tomando de empréstimo sua visão de história, onde assume uma abordagem marxista, considerando a concepção materialista da história de Marx o melhor guia para a história.

Hobsbawm acredita que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história, tendo grande importância o modo como o historiador constata e interpreta a amostra escolhida de dados verificáveis. Enquanto que para as novas correntes ligadas a pós-modernidade, como a Nova História, a realidade objetiva é inacessível, uma vez que o fato é apenas conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos, onde o passado estudado é apenas um constructo da mente do historiador ou estudioso, constructo este que é tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências fortes, quer não.

Aquilo que o historiador investiga é real, importando o ponto do qual o historiador deve partir, situando aqui a distinção fundamental e central entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não a são.

A profissão de historiador deve ser vista como possível de provocar danos. Essa situação o afeta de dois modos, ou seja, o historiador é responsável pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular. Quanto a primeira situação, esta se dá devido à confusão das fronteiras entre os fatos históricos e ficção, uma vez que romancistas se inspiram em fatos reais para escreverem suas histórias; quanto a segunda é devido à ascensão das modas intelectuais pós-modernas nas universidades ocidentais, as quais implicam que todos os fatos com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais, não existindo, pois, nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas, para os historiadores esta diferença existe e a capacidade de distingui-las é fundamental, pois não se pode inventar os fatos; a questão pode ser resolvida inequivocadamente com base em evidências, na medida em que se disponha de evidências confiáveis.

O problema para o historiador está na forma de análise da natureza do sentido do passado na sociedade estudada e a localização das mudanças e transformações na mesma, pois, todas as sociedades que interessam ao historiador têm, provavelmente, um passado, e ser membro dessas sociedades implica na relação com esse passado, que “é

uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. (Hobsbawm, 1998)

Na maioria das vezes o historiador lida com sociedades e comunidades onde o passado serve como padrão para o presente, onde estas copiam e reproduzem, mas também inovam e mudam.

A inovação pode acontecer de dois modos. O passado social formalizado, ou seja, a seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado, dependendo das circunstâncias, apresenta interstícios, ou seja, “matérias que não participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade” (Hobsbawm, 1998). A inovação ocorre justamente nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema. Nestas sociedades também é possível a inovação consciente e radical. Ela pode ser disfarçada como retorno ou redescoberta de alguma parte do passado esquecida ou abandonada.

A crença de que a sociedade tradicional seja estática é um mito da ciência social vulgar, não obstante, até certo ponto de mudança, ela pode permanecer tradicional, assim, o molde do passado continua a modelar o presente, mas não mais como padrão. O domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social, é compatível com visões cíclicas de mudança histórica e é incompatível com a idéia de progresso contínuo. Daí a impossibilidade de reconstruir o passado. A tentativa de restabelecer um passado perdido não pode ter sucesso completo, as tentativas serão sempre seletivas.

Os usos sociais do passado apresentam dois problemas específicos: o do passado como genealogia e o do passado como cronologia.

O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais ligados à inovação e à crença de que novidade é igual à melhoria. A atração do passado como continuidade e tradição é forte. A experiência da moderna sociedade capitalista sugere que podem ser (inovação e tradição) ao mesmo tempo permanentes e transitórios.

Passando para o problema da cronologia, as sociedades se apóiam no registro da duração de tempo e da sucessão dos eventos para determinados objetivos. Certamente a cronologia é essencial ao sentido histórico moderno do passado, já que a história é mudança direcional, precisando, pois o historiador estar atento para não cair no anacronismo.

A primeira vista a cronologia é menos essencial ao sentido tradicional do

passado – padrão ou modelo para o presente, depósito e repositório de experiência, sabedoria e preceito moral. No entanto, para certos objetivos a cronologia histórica é importante. Todas as sociedades possuem mitos de criação e desenvolvimento que implicam sucessão temporal.

No caso do Brasil, fazendo um parêntese, o mito fundador permite que os brasileiros possuam uma representação homogênea do país e de si mesmos. Essa representação permite viver agarrada a idéia de unidade e indivisibilidade da nação, do povo brasileiro, e em outros momentos permite conceber a divisão social e a política sob a forma dos amigos ou inimigos da nação, como por exemplo, o português colonizador, o negro desordeiro, o gringo explorador, onde essa representação é tão forte e fluida que permite essas inconstâncias. Há a crença generalizada de que o Brasil é democrático, não racista, acolhedor, maravilhoso, um país de riquezas e diversidades, faltando ao país apenas alcançar a modernização, ou seja, uma moeda forte, com uma economia avançada e tecnologia de ponta.

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, ou seja, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida, exemplo racismo e preconceito de um lado e a idéia de nação surgida da união de raças de outro, violência e miséria convivendo com a idéia de povo pacífico. Essa representação permite que uma sociedade que convive diariamente com a miséria e a violência possa ter para si mesma uma imagem positiva de sua unidade fraterna. Tal representação vem e tira sua força do mito fundador, cujas raízes foram fincadas em 1500.

Mito no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade e também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não se solucionam no campo da realidade. Fundador porque mantém vínculo com o passado como origem, com um passado que não cessa nunca, e que por isso não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Portanto, “o mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. (Chauí, 2000, p. 9)

Fundação aqui apresentada como sendo diferente de formação. Quanto a formação, esta se refere às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico e levam a pensar em transformação, constituindo-se, na

continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais, na história propriamente dita, com suas representações, ideológicos ou não. Já a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, onde coloca a transcendência e a imanência do momento fundador como emanando da sociedade e como engendrando essa própria sociedade da qual ela emana.

“O mito fundador, portanto, oferece um repertório inicial de representações da realidade e esses elementos são reorganizados na sua hierarquia interna e na ampliação de seu uso, segundo cada momento da formação histórica. Assim, as ideologias que acompanham o movimento histórico da formação se alimentam das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”. (Chauí, 2000)

Neste ponto se apresenta o risco de se fazer história fazendo uso do mito, ou seja, uma histórica mitologizada, reconstruindo o passado de forma mítica, utilizando elementos que fazem parte do mito fundador, sendo que o historiador deve buscar trabalhar e se apoiar, utilizando como seu material e fonte de estudos elementos da formação histórica. O que é necessário é retirar da História a exclusividade que cabe aos heróis, o ranço oligárquico e a crônica-relatório dos sistemas de poder. A História tem servido nessa linha como suporte mítico das ideologias dominantes

O conhecimento histórico, não é feito de um conjunto quantitativamente significativo de fatos, embora admita que não se possa fazer história sem conhecimento dos mesmos mas, não é a quantidade de informação que torna claro um problema científico.

Segundo esta visão do “fazer história” de Werneck Sodré é preciso sempre partir do particular, do fato ou dado, mas se o conhecimento não o superar e não atingir o geral, torna-se inócuo. Isso porque a ciência é essencialmente qualitativa, sendo, portanto, a história a ciência por excelência, ou seja, na ótica marxista a história é a única ciência, não poderia ser diferente.

A história às vezes é confundida com a literatura ou narrativa de feitos, e isto não é história, pois se acha desprovida de sentido de mudança, do seu traço social e do seu conteúdo político. História, para ele, não é discutir o particular, as datas, os nomes, mas, por outro lado, isso não significa que o particular não deva ser estudado.

O que se apresenta no embate hoje é se esta se fazendo ciência ou não, já que se

não superado o particular, a descrição de fatos, datas e personagens, não se faz ciência, onde quando muito podem ser apenas uma reunião de materiais preparatórios para a ciência.

Esse caminho do particular para o geral e deste de volta para o particular implica numa abordagem dialética do processo histórico, do fato estudado. Assim, tendo realizado a pesquisa necessária, passa-se para a elaboração da análise passando do particular (dados) para o geral (quadro social que condiciona o fenômeno) e retornando ao objeto estudado.

“Importa para o historiador, discutir a relação causal, os nexos que presidem o encadeamento dos acontecimentos, gerando-se uns dos outros, num processo sujeito a leis e, portanto, acessível ao conhecimento. Nesse processo, os fatos se apresentam como a face superficial do que ocorre, os meros arrolamentos de fatos não pertencem aos domínios da história, não faz a história”. (Sodré, 1987: p. 27)

A atenção deve estar voltada para a relação complexa que une fato ao processo, são coisas diferentes que se processam em níveis diversos da realidade e do conhecimento. História é muito mais do que a sucessão dos fatos, estes são apenas traços exteriores, superficiais e visíveis do processo histórico, traços que podem inclusive esconder a realidade do processo, além de apenas estabelecerem superficialmente a relação causal. “É preciso distinguir fatos e história, pois estão associados, mas não se confundem. Entre eles se estabelece uma relação dialética, a relação entre particular, geral e universal”. (Sodré, 1987)

Hoje, a maioria dos trabalhos de história se enquadra neste arrolamento de fatos, não saindo do particular, do cotidiano do fragmentado, deixando de fazer história, propriamente dita, segundo as visões de Hobsbawm e de Sodré. Fazer história é passar do concreto ao abstrato, da enumeração à linguagem conceitual, que permite definir o processo, passando da quantidade para a qualidade. Assim fazendo uso das palavras de Sodré, “a desmontagem das falsidades que se acumulam, como lixo da história, assimiladas por vezes como inovadoras e mesmo revolucionárias, demanda muito esforço”. (Sodré, 1987: p.53)

Já, para Lapa, a história aparece como sendo a própria realidade em si e como registro dessa mesma realidade. A realidade histórica, constituída como um movimento histórico, é o objeto do conhecimento histórico, existindo independente do historiador e do conhecimento.

A história é a realidade concreta, a realidade como processo, a realidade em

movimento. Dessa maneira, Lapa a entende como o transcorrer, do qual nós todos participamos e sobre o qual todos nós informamos e formamos uma idéia individual permeada pela do grupo ou classe a que pertencemos. Esse processo não se dá de forma linear e mecanicista, ele é complexo, alterado por mecanismos de pequena, média e longa duração, tendo diferentes níveis estruturais, questões mensuráveis e aquelas que não são, mentalidade e idéias e daí para diante.

O conhecimento histórico, na concepção de Lapa, dá certa representação ao objeto dentro de regras, métodos e leis teóricas assumidas pelo historiador. O historiador é o observador da realidade histórica e seu conhecedor. O historiador produz conhecimento histórico que é o resultado de um processo limitado de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação do objeto, mas não de forma total e absoluta, pois, o historiador não pode captar a realidade histórica⁴ de forma integral para registrá-la através do conhecimento histórico.

Num movimento dialético o historiador percorre dois papéis, freqüentando os dois pólos do processo, pois ele produz e assimila o próprio conhecimento, podendo figurar como sua causa e conseqüência, desde que expresse os interesses e conflitos do grupo social ou da classe a que pertence, o que significa reconhecer que o historiador é também um personagem histórico, é sujeito e objeto não se despidendo do seu caráter social, conseqüentemente, o trabalho do historiador não pode nem consegue atingir uma neutralidade científica.

A História existe ao nível de uma memorização, tanto oral quanto documental e bibliográfica. Entretanto, a maneira pela qual o historiador compreende, interpreta e conclui sobre os fatos é que implica num processo de captar, amoldar o conteúdo, isto é, a chamada realidade histórica.

Sendo assim, a realidade histórica brasileira “deve, em princípio, ser tomada como objeto de estudo em sua totalidade e continuidade orgânica, isto é, na sua concretude econômico-social, político e cultural, o que em outras palavras significa que os conceitos e categorias teóricas que operam para o seu conhecimento e interpretação, ainda que se detenha setor e/ou conjunturalmente nessa realidade não devem perder de vista de que se trata de um processo histórico. Um *continuum* que oferece ao mesmo tempo mudanças e rupturas que devem ser detectadas, mensuradas e/ou conhecidas sempre cientificamente para que se possa justamente contribuir para alterar essa

⁴Realidade histórica ou história real e concreta como aquela que é a produção da vida humana, segundo lição de Marx

realidade social concreta acelerando, retardando ou desviando os mecanismos e movimentos epidérmicos ou profundos, que perfilam a sociedade brasileira e, portanto, o seu processo histórico” (Lapa, 1981, p.52). O desafio do historiador está, pois, em conhecer e revelar o complexo: continuidade-mudança; o processo de transição; a persistência e a mudança.

Após apresentar as três visões de história, o modo como Hobsbawm, Sodré e Lapa concebem a história e o fazer história, trago agora para este texto a discussão acerca da problemática do fazer história hoje, trago um breve apontamento a respeito da situação que presenciamos atualmente, dentro do debate trazido pela instauração da crise dos paradigmas, ligado à pós-modernidade.

Esta nova situação exige a “compreensão de que existe uma crise nos paradigmas teórico-metodológicos da ciência moderna; a decretação da crise da razão moderna, conformada pela denúncia do mito da objetividade, pelo descrédito à busca da verdade do conhecimento, pela desqualificação do pensamento historiográfico racionalista, realista, objetivista e moderno; a defesa de um pensamento que valoriza a subjetividade, o sentimento, o fragmentário, o microscópico, o cotidiano, o singular, o efêmero”. (Lombardi, 2000, p.21)

Nos últimos dez anos, a produção no campo da História e da História da Educação vem se apresentando equivocadamente fragmentada na própria abrangência do seu discurso, no exame da multiplicidade dos seus objetos. Ao lado de inegáveis avanços no conhecimento histórico, nota-se em grande parte dessa produção a tendência de descartar, sem utilizar parâmetros críticos seguros, a valiosa contribuição da teoria marxista e da mal denominada historiografia positivista. Descer ao particular é uma incursão desejável, assim como perceber historicamente o cotidiano, a memória e as manifestações culturais. Entretanto, esses procedimentos exigem um retorno dialético ao geral. Impõe-se uma volta à história da longa duração com o objetivo de redimensionar as descobertas realizadas e, nesse fazer criativo, a erudição indubitavelmente assumirá papel primordial”. (Freitas, 1998, p.143)

A problemática do fazer história hoje, a situação da pesquisa histórica no Brasil, em especial a pesquisa histórico-educacional, que, por sua vez, corresponde ou se integra à problemática geral que sofre o pensamento científico hoje, se encontra dentro do quadro acima exposto.

1.2. AS NOVAS FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Acompanhando as inovações quanto às técnicas de pesquisa, o tratamento das fontes e a orientação metodológica temos a abertura do leque tradicional de fontes históricas, com a colocação de novas questões e o enfoque das antigas questões sob novos ângulos de análise. Essas novas tendências, portanto, têm em comum a pregação da necessidade de novos problemas para a pesquisa no campo da história e da história da educação, em especial; de novos objetos de análise; de novos métodos de conhecimento e de novas fontes para a pesquisa histórica e histórico-educacional, imperando o “novo”.

Alguns documentos se sobressaem por diversos motivos, dentre a grande quantidade das novas fontes que estão entrando no campo da pesquisa histórica e histórico-educacional, entre os quais: “foram redigidos em momentos decisivos do processo histórico; quem os redigiu teve um papel destacado nos acontecimentos históricos; o texto redigido por um indivíduo ou por um grupo teve implicações de importância, sem que muitas vezes essas implicações necessariamente estivessem nas intenções ou fossem previstas pelos seus autores no ato da redação; oferecem pela sua frequência a oportunidade de estabelecimento de médias de compreensão de determinados fenômenos; foram redigidos para expressar importantes decisões de indivíduos ou grupos, do Poder constituído ou de instituições, decisões de longa duração, largo alcance e profundas conseqüências e; fornecem informações ou dados, descrevendo situações ou interpretando-as de maneira a permitir o alcance e a compreensão das mudanças sociais, políticas e econômicas, epidérmicas ou profundas”. (Lapa, 1981, p.169)

O elenco de fontes históricas aumentou de maneira impressionante e o volume de informações cresceu a ponto de sufocar o historiador na sua busca seletiva para a compreensão histórica. A exploração de fontes documentais, arquivos, obras literárias, iconografia e outros tipos de fontes, das mais variadas possíveis, que até então não suscitavam maiores interesses, vieram à tona recebendo bastante atenção por parte de pesquisadores e “fazedores da história”.

Documentação criada pelos próprios acontecimentos como os relatórios de autoridades, civis e militares, processos-crime, jornais contemporâneos, atas de sessões do Parlamento do Império, por exemplo, começaram a ser amplamente utilizados em

estudos dos mais diversos aspectos da sociedade brasileira.

Documentos como as listas normativas de populações, os processos e denúncias da Inquisição, os processos-crime eclesiásticos e civis, os relatórios de polícia, as fontes impressas literárias, religiosas ou médicas, as listas de pacientes internados em hospícios e hospitais, a lista de nomes de freiras, estudantes, professores, as crianças abandonadas, serviram para orientar a produção histórica das fontes, para explicações ou interpretações acerca da história das mulheres, por exemplo, e para além destes documentos, a história da mulher beneficiou-se enormemente das fontes literárias impressas, romances, biografias, jornais e revistas que abriram um vasto território de pesquisas permitindo explorar vários aspectos da vida social e do imaginário. Documentos estes que também vêm sendo utilizados amplamente para estudos dos diferentes aspectos que envolvem a sociedade brasileira e os indivíduos que a formam.

A história também passa a ser reconstruído a partir de palavras, ditas na privacidade, que se transformaram em texto escritos – em diários e cartas, por exemplo. “Aí nessa infinita diversidade de palavras, na imensa complexidade dos fatos cotidianos, o historiador trabalha, ordenando as particularidades. Reagrupando as memórias e cartas o historiador vê-se diante do campo desconhecido das relações e eventos cotidianos, das relações de força e de poder microscópicas, mas reais que emanam do campo da privacidade ou do campo econômico e social. As memórias são convertidas pela linguagem e pela escritura do próprio historiador, pois é ele que lhes dá sentido, ordem e legibilidade”. (Freitas, 1998, p. 230)

Outro tipo de fonte que vem sendo analisada e largamente utilizada como fonte de informações sobre o Brasil são as obras de viajantes estrangeiros que passaram pelo nosso país, desde o seu descobrimento, viajantes estes provenientes de diversas partes da Europa da América do Norte.

Mas, sendo uma fonte ainda recente em termos de pesquisa histórica, ainda há muito que fazer do ponto de vista da crítica a esta fonte importante, mas eivada de problemas interpretativos sobre sua validade devido às condições de sua elaboração. É preciso lembrar de que se trata de viajantes, estrangeiros, com problemas de comunicação devido à língua, de tempo de permanência nos lugares visitados e de possibilidade de aceitação pela sociedade local. Outrossim, eles diferem muito no que se refere à formação cultural, interesses específicos e preconceitos raciais ou nacionais.

O avanço e a complexidade que atingiram os meios de comunicação em nossos dias, objetivando compreender cada vez de maneira mais ampla e persuasiva a massa, e

nela o indivíduo, através da imensa variedade de técnicas, não afetaram por enquanto, pelo menos decisivamente, a importância do texto documental de interesse para a História. O texto documental, ou o texto como fonte, conseguiu até então resguardar o seu devido lugar, frente as mais diversas maneiras, técnicas ou instrumentos de que se serviu o homem para a sua redação, como ilustrações temos os relatos deixados pelos viajantes que vêm despontando como riquíssima fontes para os mais variados campos de estudos.

Por outro lado, diante dessa impressionante massa de informações tem assistido ao historiador, cada vez de maneira mais opressora uma tarefa preliminar que, em boa parte, dirige-se mais para a programação, computação, manipulação e análise de dados e a elaboração de esquemas que permite digerir o acervo documental, traduzindo-o, sintetizando-o ou interpretando-o para colocá-lo em condições de ser analisado.

Neste novo quadro que se estrutura, diante das diferentes maneiras que se diz estar fazendo história, parte dos caminhos e descaminhos entre o público e o privado, entre o micro e o macrocosmo, diz respeito às vicissitudes da pesquisa histórica no seu fazer-se.

Importa trazer ao debate o problema das fontes que tem conduzido a pesquisa histórica no seu fazer-se constante, ou seja, evidenciar com quais recursos descritivos, normativos e filológicos o acesso ao passado tem sido buscado. Trazer ao debate os processos de aquisição de novas fontes para a produção de novos olhares sobre o passado, discutindo sobre a recepção de novos aportes, desdobrando indagações sobre as possibilidades presentes na configuração de campos singulares na história, como a do gênero, das artes e das cidades.

Entre os riscos que se correm, e que evidentemente não devem servir de pretexto para atravancar o processo, estão as radicalizações, por exemplo, individuais ou grupais contra métodos e técnicas de investigação ou ainda a posição carregada de ideologia de não considerar válidos os trabalhos tidos como tradicionais, com a conotação pejorativa que o termo pode carregar. Nesses casos, a verdade acaba sendo um meio e não o fim, que realmente o historiador persegue.

A polêmica entre a história nova e as tendências analíticas levantam questões de cunho teórico-metodológico que ainda não foram suficientemente trabalhadas pelos historiadores da educação bem como pelos historiadores. Faz-se necessário e importante continuar a discussão sobre as novas abordagens ou concepções metodológicas e teóricas da história na pesquisa em educação. Este embate teórico-metodológico, entre a

nova história e a “velha história”, já vem se desenrolando há muito tempo no campo da ciência da História, enquanto que no campo da História da Educação podemos dizer que tal embate é ainda recente.

Frente a esse processo de profundas alterações é difícil ter uma idéia clara de como se dará o trabalho do historiador no que diz respeito aos seus instrumentos, às fontes de que se utilizará, à sua própria participação ou a finalidade mesma da História. E uma vez que o campo da História da Educação não pode se manter afastada por completo do campo da História, aquela também segue este mesmo dilema.

Capítulo II

O viajante, a viagem e a obra: breves apontamentos

O termo viajante é por demais plural, mas não impossível de ser delimitado, necessitando apenas que esteja bem explicitado as características que determinamos para o que o termo não seja marcado pela imprecisão. A principal característica é o de serem estrangeiros, os outros aspectos nos ajudam a entender melhor o que os caracterizam como viajantes e a contribuição que eles nos deixou.

Os viajantes têm sido convocados a dar conta de uma parte significativamente grande do nosso passado. Seus depoimentos, sejam em forma de diários, registros científicos ou inventários, não deixando de atentar para o natural choque entre culturas diferentes, oferecem uma versão já considerada, no meio acadêmico e intelectual, quase consenso sobre a totalidade dos aspectos do Brasil, desde o seu descobrimento até o século XIX.

Os diferentes aspectos de nossa sociedade abordados de diversas formas nos relatos e escritos deixados por estes viajantes estrangeiros, e que hoje nos fornecem uma documentação valiosa do nosso passado, devem ser olhados com cuidado, principalmente para estudos no campo da educação, pois tais fontes são ainda instrumentos poucos trabalhados e analisados.

O uso deste tipo de fonte requer alguns filtros na hora da leitura e uma atenção especial por parte do pesquisador, pois muita coisa está por trás do que estes estrangeiros, alheios a nossa realidade e possuidores de uma cultura outra, observaram e registraram há séculos atrás.

Este fato não desvaloriza as obras de viajantes enquanto fontes para as mais variadas áreas de estudos. A importância deste tipo de fonte já se faz notar frente aos inúmeros trabalhos existentes, e de grande importância, tanto estudos sobre as próprias obras dos viajantes como estudos que as utilizaram como fontes, como por exemplo, os escritos de Sérgio Buarque de Holanda, que fez uso de obras de viajantes em diversos de seus livros.

2.1. CONSTRUINDO A FIGURA DO VIAJANTE

“Um viajante que se aventura a apresentar suas impressões ao público, é, geralmente, encorajado pela convicção de que elas encerram informações novas e interessantes”.

John Mawe

A noção de viajantes não é muito precisa, podemos adotar como eixos norteadores para tal definição o fato de serem estrangeiros, pelo tempo de permanência no Brasil ou ainda pelo trabalho que desempenhou no país visitado. Para nós, portanto, adotaremos todos esses aspectos em conjunto⁵.

Sendo assim, os viajantes seriam estrangeiros, com diferenças culturais e sem maiores ligações com a população local. Esses viajantes tiveram uma permanência, às vezes breve outras vezes mais extensas, mas limitada. Também entra na definição de viajantes o fato de que os mesmos conservaram certa autonomia diante do espaço ocupado pela população visitada, não estabelecendo laços que os prendiam a hábitos e afetos ao grupo com que entravam um contato, portanto, não se identificando com seus sistemas de orientação. Outro fato que os caracterizam é o fato de que não tinham a intenção de incorporar os esquemas mentais do povo visitado. Também viajantes devido às travessias dos oceanos e por continuar explorando as grandes dimensões do território brasileiro. (Miriam Leite)

Os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX foram ricos em viajantes de diversas proveniências, vindos de toda a Europa: da Rússia, da Alemanha, da Áustria, da França, da Itália, de Portugal, da Inglaterra, da Suécia e da Dinamarca.

Entre os viajantes que visitaram o Brasil, deixando testemunhos escritos sobre o que viram, ouviram, leram e refletiram, preços às regras da História Natural ou mesmo sem qualquer preocupação classificatória, estavam pessoas que atuaram em diferentes áreas e atividades, tais como: representantes diplomáticos, cultivando relações políticas

⁵ Populações de algumas regiões consideravam os viajantes como sendo pessoas fáceis de se enganar e os tomavam quase sempre por estrangeiros ingleses, isto equivalia tomá-los por gente rica ou alguém que queria vender algo.

e econômicas; naturalistas, exploradores, naturalistas e cientistas, deslumbrados com a nossa flora e fauna; homens de negócio e comerciantes, vislumbrando lucros; artistas, que souberam captar o elemento novo, a situação diversa, os traços e os passos da brasilianidade em formação; foram religiosos, missionários e educadores que se dedicaram sobretudo à população aborígine; capelães de missões européias; profissionais liberais; técnicos; engenheiros, jornalistas e médicos. Enfim, pessoas de diferentes formações.

Os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil desde o seu descobrimento até o século XIX, qualquer que seja sua nacionalidade, seus objetivos e interesses (cada qual procurando os aspectos de seus conhecimentos que tinham sido acrescidos de inúmeros dados novos, com a descoberta de novas terras, mas também observadores menos especializados, em geral senhores poderosos cuja imaginação queriam pôr em confronto com a realidade, mas com um cuidado de observar e registrar sobre nossa cultura) ofereceram contribuição valiosa ao estudo de vários aspectos do Brasil de ontem. Por mínima que seja a parcela visitada do vasto território até as mais demoradas e extensas expedições, seus testemunhos nos forneceram um painel do nosso passado e neles teremos sempre o que aprender.

Impelidos pelo acaso ou pela inquietude; pela ciência, pela arte ou pela fé; pela ambição ou pelo fastio; estes viajantes mantêm entre si o denominador comum de estrangeiros imersos numa realidade totalmente outra daquela de onde provieram. Qualquer que seja o caso, esses viajantes registraram, de uma forma ou de outra, aspectos de um Brasil antigo, que em alguns casos, ainda estão presentes em nossos dias. Assim, as informações contidas nestas obras, são documentos de valor inestimável.

2.2. A VIAGEM

A definição de viagem é tema que apenas recentemente começou a ser discutido na historiografia.

As viagens da qual tratamos neste trabalho promoveram inventários do espaço, dos costumes e da natureza do Brasil, que permite vê-las como parte do processo de conquista, colonização e consolidação de paradigmas científicos, no decorrer de vários séculos.

A viagem a princípio, no período colonial, caracterizou-se por ser de exploração, de deslocamento espacial narrado de maneira cronológica; onde ao longo do percurso o viajante descreve a natureza, os habitantes, o exótico, a partir de alguns questionamentos ou da observação propriamente.

A finalidade e os resultados planejados e as metas a serem cumpridas dependiam muito dos interesses pessoais, das políticas estatais e científicas, que guiavam a viagem em diferentes épocas e dos financiamentos e instruções que recebiam.

Com o Século das Luzes a viagem ganhou uma racionalidade científica, um planejamento e uma crescente especialização. No oitocentos, os ramos da ciência estavam mais definidos, havia a ocorrência de viagens com finalidades precisas realizadas por botânicos, zoólogos, matemáticos, engenheiros, físicos e geólogos.

As viagens tornaram-se institucionalizadas, recebendo financiamentos, instruções e prêmios. Muitos viajantes estavam ligados a projetos imperialistas de forma indireta ou de forma direta, com a finalidade de informar sobre as possibilidades e as potencialidades para o imperialismo agir.

As condições das viagens marítimas e terrestres, o tipo de hospedagem que os viajantes encontravam, as formas de financiamento, o projeto de pesquisa, a amplitude de conhecimento, as dificuldades de comunicação marítima e terrestres, a incompreensão da população e de autoridades brasileiras, a falta de apoio e a hostilidade, a escolha de ajudantes, a preservação e acondicionamento do material coletado, variam através dos séculos, bem como os diferentes locais e com os segmentos da população que entravam em contato.

Muitas expedições eram financiadas pelos tesouros estatais, outras com fortunas pessoais. Também a nobreza da terra de origem do viajante patrocinava viagens de exploração. Autoridades portuguesas e posteriormente brasileiras, por sua vez, também

contrataram viajantes para desenvolver a exploração mineral, para estudos econômicos e para incentivar a imigração.

Os viajantes enfrentavam muitas dificuldades, como muitos deles contam em seus próprios escritos. Enfrentavam cortes nos financiamentos das pesquisas; a precariedade das comunicações terrestres e marítimas; a deficiência no oferecimento de hospedarias; as dificuldades e os perigos do transporte feito em mulas e cavalos pelos caminhos e trilhas ; a desconfiança dos habitantes e muitas vezes das autoridades estabelecidas aqui no Brasil, além dos perigos das matas e a falta de resistência às doenças tropicais.

Os viajantes passaram pelas mais diversas regiões do Brasil, mas principalmente e mais frequentemente passavam pelo Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, e seus arredores, por vilas e regiões da Amazônia, do Pará e Maranhão, pelas regiões das Minas Gerais e pelos mais importantes rios (Tapajós, Madeira, Negro, São Francisco, Trombetas, Tietê, rio do Peixe, rio Doce e outros).

Destes locais visitados, os viajantes tiravam inspiração para o registro de suas aventuras, da visão maravilhosa da chegada frente a natureza exuberante do Brasil, dos índios e do seu modo de vida, dos rituais pagãos e sobre a religião, do governo, da recepção por parte dos “nativos” e da hospedagem, dos edifícios e construções e das riquezas naturais, além de muitos outros aspectos como a moral, a educação, a alimentação e as vestimentas.

O tempo das grandes viagens ficou para trás, o que restou foram os relatos desses viajantes deixados ao longo desses séculos - registro da História política, social, cultural, econômica e geográfica do Brasil. As expedições científicas trouxeram homens que olharam para a natureza, a sociedade e as cidades brasileiras. Nas imagens, nas crônicas, nos relatos, nos diários e nas cartas produzidas por esses viajantes é possível ver um Brasil de muitas visões e de muitas versões, a partir do olhar dos estrangeiros.

2.3. OS LIVROS DE VIAGENS

A definição de livros de viagens, como a de viajantes, é difícil de precisar, portanto, consideraremos “todos os relatos que deram à Europa uma visão do Novo Mundo através de uma experiência própria como fazendo parte dos livros de viagem” (Mindlin, p.35)

As narrativas deixadas pelos viajantes podem ser do tipo: relatos de viagem propriamente ditos; registros de acontecimentos cronológicos; diários para fins científicos; reunião de notas e impressões; registros de viagens com interesses mercantis, em busca de possibilidades de investimento, mas que acabaram por informar muito sobre o Brasil. Portanto, as diferenças estão: na forma dessas obras, nos objetivos que foram escritas, na especificidade de seu destinatário e no interesse pessoal do autor.

Muitas das obras de viajantes surgiram através de um trabalho coletivo de autores centrais em torno dos quais giravam colaboradores periféricos que, por sua vez, podiam também se tornar centro de novas constelações, como é o exemplo do cientista Alexandre von Humboldt, que apesar de nunca ter pisado em solo brasileiro, pois sua licença de entrada foi negada pelo governo português por suspeita de espionagem, escreveu obras que tratam sobre o Brasil através de escritos trazidos até ele por viajantes que aqui estiveram sob sua influência e incentivo; ou como Charles Darwin que recebeu contribuições de vários outros viajantes para a elaboração de seu trabalho, como os escritos de Wallace e de Bates.

Muitos desses viajantes que dedicaram uma obra toda para falar do Brasil, iniciaram seus escritos com o intuito de informar sobre negócios políticos e financeiros, sobre as riquezas naturais, a flora e a fauna brasileiras. Mas, baseado em farta documentação e informações, passaram a ter a intenção de escrever uma obra que relatasse suas experiências e suas impressões sobre o povo, os hábitos e costumes, a religião, a alimentação e habitação e, também, como alguns fizeram falar sobre a educação e a moral, além de deixarem rico material iconográfico e que nos revela o Brasil de ontem.

Muitos viajantes mantiveram contatos uns com os outros, usando referências trocadas, buscando auxiliar um ao outro na exploração das maravilhas do Novo Mundo. Utilizavam também, para a elaboração de seus escritos, documentos da época, ademais contratavam habitantes do Brasil para serem informantes, carregadores e guias.

Em seus trabalhos, muitos viajantes incorporaram a arte da pintura, tornando-se viajantes pintores, qualquer que fosse sua verdadeira profissão, ajudando, assim, a retratar o Brasil, sua gente e sua natureza. Sua arte não era tão boa quanto a dos pintores viajantes, por profissão, que podiam reproduzir com maior profundidade a realidade brasileira, sua variedade étnica e a sua natureza.

As narrativas de viagem, sejam sob a forma de diário, cartas, relatórios informais ou livros, possibilitou a elaboração de aproximadamente quinhentas fichas. Na sua grande maioria as obras se enquadram no século XIX, sendo seguida em números pelas narrativas referentes ao século XVI, vindo depois o século XVIII. O século XVII é o que apresenta o menor número de obras encontradas, fato este devido à proibição, pelo governo português a 18 de março de 1604, da entrada de estrangeiros no Brasil. Além disso também foi dada a ordem em 12 de dezembro de 1605 que previa o internamento a 12 léguas da costa dos estrangeiros ali encontrados, provocando a escassez de depoimentos de viajantes estrangeiros do século XVII. Estas medidas foram tomadas porque a Coroa portuguesa temia espionagem e queria preservar seu território. Quanto à língua na qual as obras foram escritas foi possível identificar que a maioria se encontra na língua francesa, sendo seguida pela língua inglesa e, depois, pela língua alemã. Escritos na língua italiana e na língua espanhola foram encontrados poucos livros, sendo menor ainda o número de obras escritas em latim. Deste grande número de narrativas encontradas, uma boa parte dessas obras já se encontram traduzidas para o português.

Diante deste quadro é fácil perceber a amplitude e a magnitude desses escritos e sua importância para o estudo da história de nosso país. Indo além, é possível perceber a importância desses escritos para tentar conhecer como a educação era vista por esses estrangeiros, como era tratado nos seus escritos, qual a imagem que levam do Brasil para suas pátrias ou se não eram nem mesmo mencionada. Dados esses que vejo como necessários para a construção da história da educação do Brasil.

Estes viajantes que percorreram longas distâncias em busca do conhecimento e do desconhecido, durante longos séculos, desbravando fronteiras, fazendo mapas, estudando a natureza e as gentes da terra nova - Brasil - deixaram como herança impressões registradas em magníficas obras, cartas e relatos, que foram fundamentais para a construção da cultura brasileira. São obras que representam o olhar do estrangeiro, que nomeou, catalogou e retratou o Brasil, em sua diversidade e suas riquezas, portanto, é o olhar do estrangeiro sobre nossa gente.

A importância dos textos e ilustrações, em suas diversas formas, como já

apontado, deixadas pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil é inegável, seja sob a forma de narrativa de viagem ou como inventário científico, que fale sobre o homem da época e sua complexa atividade social, econômica, cultural e política.

A contribuição de cada um desses viajantes para o conhecimento do Brasil foi, às vezes, pequenas, outras, de imenso valor. No entanto, qualquer que tenha sido esta contribuição, ela não pode ser desprezada por aqueles que querem conhecer a história do nosso país.

Os relatos de viajantes vêm sendo utilizados cada vez mais como documentação em trabalhos de História, Antropologia, Sociologia, Economia e Literatura, e porque não como documentação para trabalhos na área da História da Educação.

O seu alcance e a sua divulgação se ampliaram através das muitas reedições e traduções, ajudando inúmeras disciplinas como instrumento de trabalho e contribuindo para construir as distintas imagens que os brasileiros tem de si mesmos e do próprio passado; foram responsáveis por estereótipos que aderiram à historiografia do século XIX, como por exemplo: a hostilidade, a indolência do brasileiro, a imoralidade dos negros e a falta de cultura e interesse pelo saber por parte grande parte da população brasileira.

Diante do exposto vários caminhos para novos estudos, onde a literatura de viagem pode ser utilizada como instrumento de trabalho, como por exemplo no campo da etnografia, da geologia, da sociologia, da história e da história da educação, além de outras áreas de estudo. E mais, fica-nos a certeza de que em Arquivos, Bibliotecas e periódicos em diferentes línguas e espalhadas por vários locais, guardam uma documentação ainda inexplorada, um rico filão para a historiografia.

A “descoberta” desse rico filão para a pesquisa histórica, em especial, para a pesquisa histórico-educacional, com seus vastos repositórios de fontes primárias (bibliográficas, documentais, iconográficas...) abrem inúmeras possibilidades para o entendimento histórico da educação brasileira, notadamente de aspectos pouco ou nada estudados e que dizem respeito à educação local e regional, nos diversos períodos da história brasileira.

2.4. NOVAS FONTES, NOVOS CUIDADOS

O fato de serem estrangeiros traz vantagens e desvantagens quando da descrição e interpretação da sociedade local brasileira.

O viajante, na qualidade de estrangeiro e por não fazer parte do grupo cultural visitado, não estando preso por hábitos, afetos, nem precedentes ao grupo com que entram em contato, e, portanto, não se identificando com seus sistemas de orientação - linguagem, etiqueta, cores, leis, modas e cultos - tem condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana; diferente do habitante local, que pensa de acordo com as convenções de seu grupo, que incorpora, com suas contradições e ambivalências, sem delas tomar consciência, que a considera como natural e permanente.

Mas, por outro lado, o viajante é preso à sua cultura de origem, o que pode oferecer obstáculos para observar e repensar a população visitada, além da desvantagem da visão deles ser prejudicada pela falta de vivência do habitante, pois desconhece a história do povo local.

Por isso, por mais importante e precioso que o testemunho dos viajantes possa ser, por melhor fonte para o estudo de hábitos, costumes do passado que possa constituir, deve-se entender esses registros sempre com um certo relativismo.

Embora sejam consideradas excelentes fontes para o conhecimento da realidade do Brasil, em diferentes épocas passadas, as descrições desses viajantes não podem ser utilizadas sozinhas para informar sobre os diversos aspectos da região visitado, ou da cultura e dos costumes dos habitantes locais, são fontes de dados, mas dispersos e fragmentados, não apresentando um encadeamento, mas sim dados breves, exteriores e desconexos, onde a narrativa é freqüentemente composta de momentos fixados pelo mundo interior do viajante (lembrando ainda que os aspectos da vida observados são vistos de acordo com os padrões sociais do autor).

Por esse motivo, quando se utiliza tais fontes para estudos, quaisquer que sejam os aspectos abordados, elas devem ser confrontadas com dados de outras fontes, para se confrontar informações, ver o que trazem de novos dados, o que trazem de dúvida ou de questionamento às outras fontes, afim de tentar transpor o problema da fragmentação, da experiência e pela percepção do novo.

Além disso é muito importante que se conheça o autor da obra para apreciar o

valor do depoimento- o esquema de percepção do outro, das coisas e da natureza provem da experiência social do viajante no seu grupo de origem. Para compreender e explicar os motivos pelos quais privilegiaram certos aspectos e não outros da realidade brasileira, é preciso observar a origem social dos autores, formação intelectual, profissão de cada um deles e o motivo de sua visita, possibilitando compreender melhor o que e como observaram, descreveram e classificaram o mundo social e refletiram sobre a vida cotidiana do grupo visitado. Por exemplo, dependendo da profissão do viajante, este mantinha contato com a Corte; já os naturalistas se misturavam mais com o povo, e os educadores conseguiram penetrar nos inter-relacionamentos familiares e dos vários grupos sociais no Brasil.

Os dados sobre o viajante, a origem, data de nascimento e morte, data de chegada, tempo de permanência, tipos de contatos estabelecidos, profissão, religião, época, língua original, locais visitados, outras obras escritas, tipo de obra, dedicatória e referência a outros viajantes, importância dos escritos, interesses, grau de cultura e status social são dados, embora sejam de difícil coleta, lacunosos, falhos, dispersos e que demandam tempo e muita dedicação para obtê-los, muito importantes para uma compreensão mais acertada sobre o que esses viajantes nos deixaram escritos em suas diferentes formas.

Outro cuidado a se ter em mente é a inadequação inerente desse tipo de documento, que é o da tradução e das diversas reedições que apresentam modificações, mal-entendidos devido à incompreensão de uma realidade social desconhecida, além das dificuldades de se traduzir expressões lingüísticas para representar uma realidade diferente, pois se deparavam com uma variedade de condições sociais e raciais que até então desconheciam.

A heterogeneidade dos escritos deixados pelos viajantes é outro ponto ao qual o pesquisador deve estar atento na hora de tomar a literatura de viagem como instrumento de pesquisa.

Devido a esta grande diversidade dos tipos de narrativas é preciso distinguir os relatos de viagem que foram escritos para serem apresentadas a um público específico, como as narrativas que revelam o Novo Mundo para a Europa, ou obras que foram encomendadas por governos e Institutos, daquelas que apenas casualmente acabaram sendo impressas e colocadas em circulação, como é o caso de diários de viagens, notas e cartas. Estas últimas oferecem detalhes que são incidentais ao principal propósito dos registros, o que impossibilita a distorção dos mesmos, como é o caso dos diários. Já os

documentos como os relatos encomendados pelo governo trazem uma forte carga ideológica. Daí a importância do uso de filtros na hora da leitura, além da confrontação com outras fontes, outros tipos de documentos.

Além dessas limitações e de todos os aspectos acima apontados que merecem especial atenção quando se trata de utilizar os livros de viagens como fontes, existe outro aspecto que caracteriza esse tipo de documento, que é o aspecto das naturais limitações desses depoimentos, pois nenhum autor esgota nenhum aspecto da sociedade ou da cultura por ele descrita.

As observações acima apresentadas não desmerecem nem minimizam a importância dos relatos de viagem, mas servem como um alerta quanto ao uso de tal documento histórico, pois a própria seleção dos fatos e objetos observados já é influenciada por toda uma série de fatores, alheios ao objeto, ligados à personalidade, as experiências, as necessidades e motivações pessoais do observador, e que dependem ainda de seus próprios quadros de referência, ou seja, a posição de todo observador é relativizada pela transposição feita do sistema de valores pessoais, sua percepção do outro, das coisas e da natureza provém da experiência social do viajante no seu grupo de origem, deformando inevitavelmente a objetividade da realidade observada, enfatizando sobremaneira certos aspectos e chegando a conclusões às vezes por demais unilaterais.

Capítulo III

“Coisas do Brasil”

Nas páginas dos livros de viagens podemos encontrar os mais diversos temas tratados pelos viajantes que estiveram no Brasil desde o seu descobrimento até quase o século passado – levando-se em conta que um dos pontos que caracterizam o viajante aqui determinado é justamente o de nos deixarem escritos que revelavam para o mundo europeu as curiosidades, o exótico, o nosso modo de vida e nossos hábitos bem como a nossa cultura, que se encontrava ainda desconhecidos.

O que aparece com maior frequência nos relatos dos viajantes, como não poderia deixar de ser, são aspectos de nossa flora e fauna, exaltando o exótico e ao mesmo tempo desconstruindo a idéia do fantástico e do monstruoso cada vez que se aproximava mais das ciências naturais.

Mas muitos outros aspectos também foram observados e relatos como aspectos de nossa política, da economia, dos hábitos, da religiosidade e das crenças de nossa sociedade, dos hábitos alimentares e das habitações em diferentes regiões do país, e muitos outros .

A educação ou a falta dela também foi um fator observado e registrado pelo olhar do estrangeiro. Vindos da Europa e da Ásia e também da América do Norte estes estrangeiros possuíam uma cultura diferente da que ainda estava se formando no Brasil, o choque entre os diferentes níveis culturais e do estado da educação aqui confrontados levaram ao interesse pelo tema, daí as muitas informações sobre o estado da educação e da cultura serem encontrados nos livros de viagens.

3.1. NAS PÁGINAS DOS LIVROS DE VIAGENS

Nas páginas dos livros de viagens é possível encontrar os mais variados temas, tratados de formas diversas pelos viajantes que passaram pelo Brasil em diferentes épocas

A partir das leituras realizadas foi possível conhecer o conteúdo de alguns poucos livros de viagens dentre os muitos existentes. Apesar do número pequeno de leitura foi possível perceber a riqueza de detalhes nos relatos acerca da flora, da fauna e dos habitantes e seus hábitos, destacando-se o que mais se enquadrava no conceito de “exótico” para o estrangeiro, ou seja, as curiosidades no modo de vida desses habitantes do Novo Mundo.

Uma parcela dos viajantes que aqui estiveram apresentaram uma característica específica, voltando seu olhar para a natureza, para os índios ou para assuntos relacionados ao comércio, às possíveis fontes de lucros; uma outra parcela apresentou uma preocupação em compreender a vida do brasileiro de um modo geral, dentro de sua região e do seu tempo. Mas todos, como dito acima, trouxeram em seus relatos as curiosidades e o exótico acerca do Brasil, da sua terra e da sua gente.

Nos relatos lidos foi possível constatar que faziam referências aos mais diversos aspectos de nossa gente e da nossa terra. Apresentado de forma bastante sucinta, os viajantes tratavam de temas tais como:

- as instituições políticas e os acontecimentos da época em que aqui se encontravam, como os movimentos e as mudanças durante o processo de independência, os acontecimentos sobre a guerra do Paraguai, da conspiração em Minas Gerais, sobre a Constituição, a vinda da Família Real para o Brasil e a instalação da corte, juntamente com toda as modificações decorrentes deste fato, como a abertura dos portos;
- falaram sobre as poucas e esparsas tentativas de estabelecer indústrias no país, sobre instituições como o correio, bancos, casa da moeda e casa de comércio, do prelo com seus jornais e revistas;
- falavam sobre a condição de vida da população, da condição da mulher, do negro livre e do escravo e do sertanejo;
- descreviam as tribos indígenas, sua forma de organização, sua língua, sua cultura,

- sua arte e seus ritos e costumes;
- freqüentemente se referiam à mistura de raças, à hospitalidade e/ou hostilidade por parte dos habitantes brasileiros e da falta de cultura destes;
 - dos aspectos físicos de nossa terra: o clima, a vegetação, as bacias hidrográficas, os rios e sua variedade de peixes, do solo e da formação geológica, com as possíveis riquezas nele contidas e as possibilidades de plantio;
 - descreviam e retratavam as paisagens, a flora, a fauna, os locais de passeio e diversão;
 - escreveram sobre o clero, os conventos e seminários de estudos superiores, a prática religiosa, com suas cerimônias e festas;
 - sobre os jesuítas e suas ações para com a instrução e moralização do povo, dos colégios e seminários da ordem e de suas antigas instalações;
 - referiam-se às condições do país como o transporte, o problema das doenças e o desconforto provocado pelos insetos, da estrada de ferro, das colônias estrangeiras, das festas pagãs, como o intrudo e os rituais dos negros;
 - visitavam e escreviam sobre as fazendas de café, os engenhos de açúcar, as regiões das minas de ouro e diamantes e seu modo de lavragem e extração, sobre a cultura do chá e do algodão, o preparo da mandioca e do uso das plantas medicinais;
 - registraram informações acerca do comércio, importação e exportação, do funcionamento da alfândega e do porto, sobre a vigilância entre as divisas de províncias, principalmente em regiões auri-diamantíferas;
 - visitaram, admiraram e relataram sobre os institutos científicos como o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico, o Museu e a Biblioteca Nacional e o Arsenal da Marinha;
 - mostrou-nos a existência de estabelecimentos assistenciais como asilos, orfanatos, hospícios e casas de misericórdia;
 - relataram, também, sobre a situação da educação no Brasil, dos meios de ensino, das práticas existentes, dos colégios e seus métodos, da escassez de livros e do desinteresse pela leitura e do costume de enviar os jovens para a Europa afim de concluírem seus estudos;
 - além, é claro, de relatarem suas aventuras e desventuras.

3.2. A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DOS LIVROS DE VIAGENS

Muitos viajantes, de diversas profissões e interesses, acabaram por escrever sobre a educação no Brasil da época em que estiveram aqui como podemos observar nos relatos de John Luccock, Jean Baptiste Debret, Jacques Arago, Martius e Spix, George Gardner, Baronne Langsdorff, Thomas Ewbank, Hermann Burmeister, Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, Joseph Hörmeyer, apenas para citar alguns dentre os muitos outros.

Viajantes educadores também estiveram no Brasil, mas constituíram um grupo menos numeroso. A profissão permitiu a penetração nos relacionamentos familiares e dos vários grupos sociais no Brasil, como foi o caso de Maria Graham que foi governanta da princesa D. Maria da Glória e de cuja educação ficou encarregada, indo buscar na Europa o material necessário para desempenhar tal função; Elizabeth Cabot Cary que escreveu em seu diário de viagem sobre a educação quando diretora pioneira de um colégio superior para meninas; Wright e Humphrey, professores americanos que direcionaram seus escritos para o sistema americano de escolas e que começaram a penetrar no Brasil no final do Império; Ina von Binzer, que foi contratada para lecionar em um colégio para moças no Rio de Janeiro, onde ensinaria as línguas alemã e inglesa e a tocar piano. Estas mulheres enfrentaram grandes dificuldades tentando transmitir às crianças brasileiras a educação européia. Outros autores-educadores realizaram viagens de estudos, sozinhos ou com sociedades de estudos, em navios equipados.

De forma mais uma vez sucinta e não levando em consideração aqui a época do relato, escreviam sobre: o pequeno número de escolas existentes e de como eram dirigidas, e regulamentadas; o ensino que ali se ministrava; a falta ainda maior de escolas para meninas e a diferença, nas que existiam, do ensino dado a elas; o ensino de línguas; o envio dos filhos para a Europa; a escassez de livros didáticos e também de livros de leitura; o ensino superior; a educação dos nobres; a educação de crianças em idade escolar e a situação da educação no Brasil; a influência portuguesa na educação e nos costumes e a influência francesa e inglesa através da literatura; sobre a imprensa e os jornais; sobre currículos e o sistema lancasteriano de ensino; sobre as Academias, as Universidades, as bibliotecas, os Institutos e sobre os edifícios que funcionavam como escolas.

Nos diversos trechos selecionados é possível perceber como os viajantes que

aqui estiveram escreveram nas suas páginas sobre a educação no Brasil desde o seu descobrimento até a República.

A fim de apresentar o conteúdo de forma mais didática dispusemos os fragmentos de maneira a realizar uma divisão temática acerca do que tratavam. Sendo assim, foi possível apresentar o resgate das impressões nos registros desses viajantes organizadas segundo temas como: a presença de livros, em livrarias e em bibliotecas nas mais diferentes regiões do Brasil; a descrição de colégios, seminários e escolas espalhadas pelo território brasileiro, bem como a situação do ensino superior no país; a existência de tipografias, com seus jornais e revistas; os aspectos da educação de rapazes, de moças, de negros e de índios; o estado geral da educação e/ou instrução no Brasil nos seus aspectos positivos e negativos e a sua relação com o progresso da nação; as instituições ligadas à cultura e educação da sociedade e as políticas adotadas pelo governo da época.

Analisando os fragmentos acerca da existência de livrarias e bibliotecas podemos perceber que estes se faziam presentes em nosso meio, em algumas regiões, ao menos. Os viajantes se referem a bibliotecas particulares, ou seja, que estão nas casas de famílias ricas ou de religiosos, também falam em bibliotecas públicas e as de domínio da Igreja, localizadas nos conventos e seminários. Encontramos também trechos que falam da existência de livrarias e de sua falta também., bem como da falta de incentivo para a leitura neste país.

Durante as andanças os viajantes se relacionavam com pessoas de famílias ricas que os recebiam em suas casas. No decorrer do relato sobre essas pessoas e seu acolhimento, freqüentemente esses viajantes descreviam as bibliotecas que por ventura possuíam, como podemos constatar nos fragmentos abaixo.

“A noite, chegamos ao Tijuco (...). O Sr. Câmara teve a bondade de me dar como quarto a sua biblioteca, que se compunha de numerosas e escolhidas obras, sobre ciências, principalmente de autores ingleses.” (Mawe, p.158)

“Sua biblioteca [de José Bonifácio] estava bem provida de livros em todas as línguas. A coleção de química e de mineração é particularmente extensa e rica em autores suecos e alemães. Estes são realmente assuntos de peculiar interesse para o Brasil e foram naturalmente de primeira plana para ele. Mas seu encanto é a literatura clássica.” (Graham, 1990, p.132)

“Em seguida o bispo [Bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva

Coutinho] sugeriu que fôssemos à biblioteca, onde seria servido o café (...)então, conduziu-nos à biblioteca, onde novamente ofereceu-me sua cadeira. Constatei que ele sempre fazia essa cortesia com os estrangeiros. A biblioteca fica num aposento espaçoso e aprazível; contém cerca de quatro mil obras em várias línguas, sendo uma grande parte delas de livros franceses e ingleses. Entre os últimos mostrou-me A História do Brasil, de Southey, dizendo que era uma obra modelo, muito apreciada por ser bem fundamentada e narrada com imparcialidade. Ele ficara sabendo que o autor, ao compilar a obra, teve acesso aos documentos mais autênticos através de seu tio, o venerável capelão de Lisboa. De fato, o trabalho feito no Brasil é Tão considerado que, segundo me disse, um escritor nativo, creio que Pizarro ou Casal, compilou sua história na biblioteca do bispo, com base principalmente na obra de Southey. O fato de um escritor nativo retirar de uma obra estrangeira as informações sobre seu próprio país demonstra,. Evidentemente, o quanto a obra é considerada.” (Walsh, 1985, vol I, p. 161)

Referente a bibliotecas de domínio da Igreja temos os fragmentos a seguir.

“A biblioteca [do Convento de São Francisco, Rio de Janeiro] é um cômodo grande e contém muitos livros. Mostraram-me ali um volume de sermões ingleses, pedindo-me que lesse uma página, o assunto era a Trindade. Aconteceu, depois, de eu tirar um volume in-quarto da Bíblia, que continha os salmos: numa das colunas a vulgata, na outra uma tradução portuguesa.” (Luccock, 1975, p. 46)

[No Convento São Bento] “um dos pavilhões dá para uma imensa biblioteca que possui cerca de seis mil volumes muito valiosos. Ela é aberta ao público diariamente das nove horas da manhã até o anoitecer, com um intervalo para o almoço de uma às duas da tarde. Fui recebido com muita delicadeza pelos religiosos que encontrei, conseguiram com presteza os livros que pedi, entre eles o ‘Etiópia Resgatada’, que não pude encontrar em nenhum outro lugar. Cordialmente deixaram-me usar os livros durante o tempo que permaneci no Rio.” (Walsh, 1985, vol I, p.149)

Quanto a bibliotecas públicas é o que mais aparece nos relatos dos viajantes.

“Quando se visita o Rio de Janeiro não se deve deixar de ir à Biblioteca Nacional. Foi ela organizada com os livros procedentes da Biblioteca Real de Portugal, trazidos por D. João VI. (...)” (Kidder, 1980);

“A Biblioteca Real fôra posta em ordem e aberta ao público, contendo porém poucas obras apropriadas ao estado de progresso atual da ciência, ou do gôsto moderno.” (Luccock, 1975, p. 379)

“Entre outras coisas de valor que o Príncipe Regente trouxe ao Brasil estavam seus livros, que em Portugal constituíam uma vasta e rara coleção. O Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado na Rua Detrás do Carmo, foi equipado para abriga-la, e sua organização ficou a cargo de dois homens incansáveis e cultos, Joaquim Damaso e José Viegas. Quando tudo terminou, a biblioteca foi aberta ao público no ano de 1814.” (Walsh, 1985, vol I, p. 83)

Alguns dos viajantes escreveram sobre o desinteresse pela leitura.

“O número de leitores era comparativamente [à metrópole] diminuto, mas compreendia pelo menos um ou dois indivíduos em cada cidade ou vila do Império, e as opiniões e teorias que estes adotavam propagavam-se pelos círculos sociais, Não se pode contudo asseverar que se tivesse seguido muito beneficio desta grande mudança, Os escritores dos jornais ministeriais eram, com poucas exceções, indivíduos de idéias retrógradas, partilhando muito pouco das simpatias públicas; se bem que os jornais da oposição patentessem os abusos que se praticavam e espalhassem muita instrução, contudo inculcavam teorias exageradas e perigosas com uma veemência ameaçadora das conseqüências as mais desastrosas.” (Armitage, 1981, p. 170-171)

“Os mais civilizados moradores de Barra dedicam-se ao comércio, podendo-se dizer que não conhecem outras diversões a não ser beber e jogar, se bem que o façam em pequena escala. A maior parte deles jamais abriu um livro e desconhece todo e qualquer tipo de ocupação intelectual. Como era de se esperar nessas circunstâncias, a moda é uma de suas maiores preocupações.” (Wells, 1995, p. 110)

Foram também destacados trechos sobre a existência de livrarias, bem como a

sua falta.

“Em 1818, num leilão de livros, saíram muito bem tanto obras inglêsas como algumas latinas; poucas, porém, creio terem caído entre mãos brasileiras. Os livros franceses são procurados; mas foi impossível, por todos os meios, vender uma edição de Glasgow da Iliada de Homero, em grego, a Septuaginta e Novo Testamento na mesma língua, nem tão pouco os léxicos de Hederic e Schrevelius, como também não encontrou freguês um Saltério hebraico com tradução latina”. (Luccock, 1975, p. 380)

“... encontrou na cidade baixa uma livraria e outra na subida para a cidade alta, ambas vendendo os livros por preços absurdo” (Graham, 1990, p. 186)

“Nas livrarias da cidade do Pará são encontradas facilmente gramáticas dessa língua [língua geral].” (Bates, p. 39)

“... um tanto surpreendido ao saber que na cidade não havia nem livreiros nem bibliotecas (...)” (Gardner, 1942)

“... aqui como alhures pouca gente encontrei com gosto da leitura e os poucos livros que possuem são pequenos livros de reza”. (Gardner, 1942)

“... os livros, como o saber, eram raros”. (Kidder, 1980)

Apareceram descrições de colégios, seminários e escolas, algumas delas acompanhadas pelo método de educação empregado.

“A educação dada nos colégios visa quase que unicamente o sacerdócio ou os cargos leigos da Igreja e, embora reduzida a êsses objetivos especiais, achassem em extrema decadência. Não sômente os próprios professores são em geral pouco ou nada versados em conhecimentos gerais da ciência e literatura, como também por êles professam desprezo; isso acontece até com os conhecimentos reputados por todos como essenciais ao próprio sacerdócio profissional, motivo pelo qual a Igreja se encontra péssima e lamentavelmente provida. Uns pouco. dos rapazes educados nos colégios se destinam a empregos seculares, e dentre aquêles que primitivamente pretendiam ingressar na Igreja, mas não chegaram a pronunciar seus votos, uns tantos se voltam para o mundo e as suas ocupações. O Colégio de São Joaquim, conforme já dissemos, juntamente com suas escolas, que foi transferido para o edifício que

se destinava aos Jesuítas, é o que mais se afasta da regra geral de tais estabelecimentos, fazendo profissão de dirigir a atenção dos seus estudantes para aquêles ramos do conhecimento que melhor os habilitem às funções sujeitas ao govêrno, motivo pelo qual se diz que o Colégio é favorecido e patrocinado. .” (Luccock, 1975, p. 86)

“Gratissimo era observar a forma pela qual durante êsse período novas escolas sucessivamente se estabeleciam e os instrumentos de um proveitoso saber se difundiam através de tôdas as classes populares. Na Gazeta do Rio, de 9 de julho de 1814, encontra-se o seguinte anúncio: ‘Quem quiser mandar suas filhas, criadas e *escravas* aprender a ler, escrever, contar etc., pode dirigir-se a uma pessoa residente na Rua do Lavradio’. A frase brasileira é “as suas filhas, e as suas crias e *escravas*’ que, embora ligeiramente diversa, creio eu, do elegante dialeto lisboeta, traz o sentido que eu lhe dei.” (Luccock, 1975, p. 376)

“A Escola Central merece uma referência especial. Corresponde ao que entre nós se denomina “Scientific School”, e em nenhuma outra parte do Brasil vi um estabelecimento de instrução onde os métodos aperfeiçoados sejam tão altamente apreciados e tão generalizadamente adoptados”.(Agassiz, 1938)

“No Brasil, na Espanha, em Portugal, os programas das escolas são mais ou menos como os nossos. Todas as raças latinas cultivam, como em Paris, a flor grega e o loureiro romano”. (Ribeyrolles, 1980)

“... vigorava então o sistema lancasteriano (...)”. (Kidder, 1980)

“O estabelecimento de ensino que mais interesse tem despertado na capital do país é o Colégio D. Pedro II, fundado em fins de 1837, Destina-se a proporcionar perfeita instrução secundária e corresponde, no seu plano geral, aos liceus existentes em diversas províncias,(...)”. (Kidder, 1980, p.269)

“É arejado com vastas salas e belas paisagens. O programa anuncia sérios estudos preparatórios”. (Ribeyrolles, 1980)

Descrevendo diferentes comportamentos tanto de homens como de mulheres deixam transparecer o nível de educação em que o país se encontrava, como se dava a educação de diferente maneira para os dois sexos, bem como a situação do negro e do índio no que diz respeito ao estado de instrução e/ou educação.

“Em geral no Brasil, pouco se cuida da educação da mulher; o nível da instrução dadas nas escolas femininas é pouquíssimo elevado, (...). (Agassiz, 1938)

“... mesmo os pretos livres, aos quais assiste igual direito de freqüentar as escolas que tem os brancos e os mulatos”. (Burmeister, 1980)

“Em Congonhas, viva um mestre-escola preto, que gozava de toda a consideração, mas seu instituto era particular e freqüentado por crianças de cor”. (Burmeister, 1980)

“Temos uma grande escola de meninos índios, bem instruídos em leitura, escrita e em bons costumes, os quais abominam os usos de seus progenitores. São eles a consolação nossa, bem que seus pais já pareçam muito diferentes nos costumes dos de outras terras, pois que não matam, não comem os inimigos, nem bebem da maneira por que dantes o faziam”. (Anchieta, 1988)

Quando os viajantes discorriam sobre o estado geral da educação no Brasil, muitos deles se referiam ao isolamento da colônia frente a idéias que circulavam pela Europa e da ignorância da maior parte da população.

“... bem verdade que Portugal, (...), mantinha mais que nunca, a sua bela possessão na ignorância e no isolamento”. (Ribeyrolles, 1980)

“Aqui o estado da educação geral é tão baixo que é preciso mais do que o talento comum e o desejo de conhecimentos para alcançar um bom nível (...)”. (Graham, 1990)

Os viajantes escreveram sobre a existência de teatros e museus, sobre o Jardim Botânico e outras instituições científicas, descrevendo-os e na maioria das vezes elogiando tais estabelecimentos. Escreveram também sobre as artes e a música no Brasil.

“O Instituto Histórico e Geográfico, fundado no Rio de Janeiro, em 1838, contribuiu consideravelmente para despertar o gosto literário dos brasileiros. A instituição tem por finalidade precípua colecionar, organizar e publicar ou conservar documentos que sirvam de subsídio à história e à geografia do Brasil (...)”. (Kidder, 1980)

“O Rio de Janeiro possui ainda outro instituto de cultura muito pouco freqüentado, mas que talvez seja de grande importância. Trata-se da Academia de Belas Artes (...)”. (Burmeister, 1980)

“O Museu Nacional, no Campo de Santana, é outro instituto científico de valor e foi fundado também por D. João VI, (...)”. (Burmeister, 1980)

“O Jardim Botânico, de que devo falar, é um instituto de cultura para o povo (...)”. (Burmeister, 1980)

“Haverá também uma escola de música na qual se ensinará gratuitamente aos meninos colonos e brasileiros a prática dos instrumentos e a cantar”. (Ribeyrolles, 1980, p. 278)

Sobre a imprensa local escrevem sobre os jornais aqui existentes, além das revistas e da publicação de livros.

“O Rio tem quatro diários (...)”. (Ewbank, 1976)

“Há boas lojas, mas nenhuma livraria. Ufana-se de duas tipografias e quatro jornais, dois do ministério e dois da oposição”. (Gardner, 1942)

“Surgiu o prelo e, com ele, a Gazeta Real”. (Kidder, 1980, p.42)

“A imprensa do Rio é bastante prolífica. Edita quatro diários, dois jornais tri-semanais e de seis a dez semanários e jornais de publicação irregular”. (Kidder, 1980)

“Nesse primeiro ano [1808] também foi introduzida essa poderosa máquina de conhecimento e poder, a impressora. Durante três séculos esse instrumento elementar estivera proibido no Brasil por causa de seus efeitos supostamente perigosos, e só em 1808, segundo fui informado, é que esse grande país teve permissão de imprimir a página de um livro. O maior benefício que o bondoso Príncipe regente pensava proporcionar a seu novo povo era conferir a eles esses meios de adquirirem conhecimento, para seu próprio bem, sobre as artes, a agricultura, a manufatura. Talvez nada possa ser mais indicativo do deplorável estado de ignorância em que esse lindo país se encontrava, ou do rápido progresso que o povo fez desde a difusão do conhecimento, do que esse fato. E difícil imaginar que há 20 anos atrás não era permitido publicar um único jornal no país em que hoje, numa única cidade, existem 13 periódicos que circulam e são lidos por todos.” (Walsh, 1985, v. I, p.81-82)

Em relação à situação do ensino superior no Brasil escreveram tanto sobre sua precariedade e escassez, onde se via a prática do envio de jovens da elite para terminar os estudos na Europa, em Coimbra ou Lisboa, bem como sobre a sua grandiosidade, em épocas diferentes.

“partiam moços que iam estudar e se formar em Coimbra”. (Ribeyrolles, 1980)

“O governo creou ainda as Escolas Naval e Militar para a instrução sistemática dos jovens que pretendam ingressar na marinha ou no exército (...)”. (Kidder, 1980)

“A Academia de Direito, ou como é freqüentemente denominada, UnSP, ocupa o primeiro lugar entre os estabelecimentos de ensino do Império. (Kidder, 1980)

“Não há universidades no Rio de Janeiro, mas apenas uma Academia de Medicina, onde, ao lado dos portugueses, encontram-se professores franceses e ingleses”. (Burmeister, 1980)

Quanto à atuação do governo com assuntos de educação e o papel da igreja sobre a mesma temos os seguintes fragmentos:

“A educação pública, que atualmente exige o mais apurado desvelo do governo, será atendida com quanta eficácia couber em Meu poder, Príncipe Regente”. (Graham, 1990)

“Há 48 escolas públicas na Corte, trinta e uma para meninas e 17 para meninos, que custam ao Governo 18.460 dólares. Já no último orçamento esta verba subiu a 19.220 dólares”. (Ewbank, 1976)

“O Seminário de Mariana, (...), tem, na sua atual organização, finalidade dupla: nele funciona a escola para a população da cidade e dos arredores e também o seminário (...)”. (Burmeister, 1980)

“A maioria dos professores é do clero, o qual, entretanto, exerce atualmente muito menor influência no ensino do povo do que antigamente (...)”. (Spix e Martius, 1981)

Expomos apenas alguns dos muitos fragmentos encontrados nos livros de viagens

que tratam da situação da educação no Brasil em diferentes épocas a fim de ilustrar o que se pode encontrar em tais fontes. Não caberia neste trabalho todos os fragmentos encontrados sobre educação pois delongaria por demais tal trabalho, tornando-o extenuante para o leitor.

Consideramos que os trechos apresentados acima possibilitam uma mostra de como tais fontes podem ser úteis para pesquisas na área da História da Educação, bem como nas demais áreas de estudos sobre educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras deixadas pelos viajantes equivalem às fontes primárias, utilizadas pelos historiadores (bibliográficas, documentais, iconográficas), pois constituem depoimentos a respeito de situações testemunhadas, isto é, que resultam dos acontecimentos testemunhados, imobilizados ou isolados na memória do autor, onde se estabeleceram a totalização de seu sentido, por explicações, discussões, comparações ou confronto. Sendo assim, estas fontes abrem inúmeras possibilidades para o entendimento histórico da educação brasileira.

O estudo de fontes históricas como as obras dos viajantes, ou livros de viagens, busca compreender o presente pelo passado, pois a incompreensão do presente nasce da ignorância do passado. Assim a atividade de conhecimento do passado não se separa do esforço para compreender o mundo em que vivemos - a história é inseparável da inteligência do mundo atual, que é de onde surge nossos questionamentos. Portanto oferecem contribuição valiosa ao estudo de vários aspectos do Brasil de ontem, e fornecem um painel do nosso passado com o qual teremos sempre o que aprender.

Acreditamos que os relatos desses viajantes não constituam, em si, o veículo mais representativo acerca da educação no Brasil do período tratado, 1808-1889, mesmo porque nem os próprios viajantes, autores dos relatos tiveram a pretensão ou mesmo a intenção de apresentar explicações abrangentes e definitivas sobre este aspecto da sociedade brasileira.

O que consideramos como válido são as idéias contidas nestes relatos que por sua vez refletem a educação e/ou instrução numa determinada época, em diferentes regiões do Brasil, idéias estas trazidas pelo olhar do estrangeiro, que estão contidas nestas novas fontes a serem trabalhadas.

Mas, não podemos deixar de atentar para dois fatos muito importantes que acompanham essas idéias.

O primeiro o fato é que tais idéias refletem os diferentes interesses dos viajantes aqui no Brasil, mais do que tudo, e o segundo fato é que trazem consigo a concepção européia de educação que acompanhou cada um dos viajantes quando da descrição deste aspecto da sociedade brasileira, em épocas diferentes no decorrer de um período bastante amplo, pois, o ato de ver vem dotado de equipamentos culturais diferentes,

trazendo no olhar sua bagagem cultural que condiciona o modo de observar e apreender o “outro”. O estrangeiro traz consigo conceitos, preconceitos e noções que utiliza para ordenar e interpretar o mundo novo que é diverso do seu.

A contribuição de cada um desses viajantes para o conhecimento do Brasil foi, às vezes, pequenas, outras, de imenso valor. No entanto, qualquer que tenha sido esta contribuição, ela não pode ser desprezada por aqueles que querem conhecer a história do nosso país. Desse fato decorre a grande importância que esse tipo de fonte tem ganhado nos últimos tempos, nos mais diversos ramos de estudos.

As expedições científicas trouxeram homens que olharam para a natureza, a sociedade e as cidades brasileiras. Nas imagens, nas crônicas e nas cartas produzidas por esses viajantes é possível ver um Brasil de muitas visões e de muitas versões, a partir do olhar do estrangeiro. (Belluzo, 1994, p.17)

O tempo das grandes viagens ficou para trás, o que restou foram os relatos desses viajantes deixados ao longo desses séculos - registro da História política, social, cultural, econômica e geográfica do Brasil, que hoje estão sendo utilizados como fontes pelos diferentes pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA

- AGASSIZ, Louis e Elizabeth Cary Agassiz. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- ALBUQUERQUE, Luiz de. *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses, século XV e XVI*. Volume 2. Lisboa: Caminho, 2 ed., 1987.
- ALMEIDA, J. R. P. de *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e legislação. Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988.
- A presença britânica no Brasil (1808 – 1914)*. Editora PauBrasil, 1987.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989.
- ARMITAGE, J. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- AUGEL, M. P. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1980.
- BATES, H. *Um naturalista no rio Amazonas*. Tradução de Regina R. Junqueira. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.
- BELLUZO, Ana Maria M.. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo, Fundação G. Odebrecht, c 1994.
- BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de Viajantes e autores estrangeiros: 1531-1900*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.
- BUNBURY, C. J. F. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833 – 1835)*. Tradução de Helena G. de Sousa. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil - através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos aurí-diamantíferos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.
- BURTON, R. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Tomo I, II e III. Tradução de Américo Lacombe. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

- CALDEIRA, J. R. C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARR, E. H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHAUI, M. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.
- DARWIN, C. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. Tradução de J. Carvalho.
- ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. 10ª edição. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1993.
- EWBANK, T. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacueiro e das palmeiras, com apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. Tradução de Jamil A. Haddad. São Paulo:EDUSP, 1976.
- FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, G. *Ingleses*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.
- _____. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: Univer Cidade Editora, 2000.
- GARDNER, G. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836 – 1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- GIUCCI, Guilherme. *Viajantes do Maravilhoso - O Novo Mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. Tradução de Josely Vianna Baptista.
- GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1990.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- GUILHERMO, G. *Viajantes do maravilhoso – o novo mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HARO, M. A. P. (org.). *Ilha de Santa Catarina. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- HOBSBAWN, E. J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORCH, Rosemarie Erika. *Álbuns de Viajantes que Estiveram no Brasil, na primeira metade do século XIX*. São Paulo: IEB, USP, 1988.
- KIDDER, Daniel P.. *Reminiscência de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- _____. *O Brasil e os Brasileiros*. Tradução de Elias Dolianiti. São

- Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- KOSTER, H. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudi. São Paulo: Editora Nacional, 1942. coleção Brasileira, v. 221.
- LAPA, J. R. do A. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LEITÃO, C. de M. *Visitantes do Primeiro Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- _____. *O Brasil visto pelos ingleses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LEITE, M. L. M. *Livros de viagem: 1803 – 1900*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- _____. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referência em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas, 1982.
- LISBOA, K. M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- LOMBARDI, J. C. (org.) *Pesquisa em Educação. História, Filosofia e Temas Transversais*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UNC, 2000.
- LOPES, E. M. T. (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução de Milton Rodrigues. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias*. 2. ed. São Paulo, Cortez: Autores associados, 1989.
- MARTINS, L. L. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.
- MICELI, Paulo C.. *O Ponto onde Estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 2. ed. Campinas, S.P.: UNICAMP, 1997.
- MINDLIN, José E.. *Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p.1-148.
- MOTA, C. G. (org.). *Viagens incompletas. A experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000.
- _____. *Viagens incompletas. A experiência brasileira. A grande*

- transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- ORLANDI, E. P. *Terra a vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O Pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha das técnicas: algumas reflexões. in: *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. CERU, no 3, 2o série, 1992.
- RAMINELLI, R. *Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial*. In: História. Questões e debates. *Brasil: a conquista do olhar*. Ano 17, nº 32. Jan. a jun. de 2000. Paraná: Editora UFPR.
- Registro de estrangeiros nas capitanias, 1777 – 1819*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1963.
- Registro de estrangeiros nas capitanias, 1831 – 1839*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1962.
- RIBEIRO, M. L. S. *Introdução à História da Educação Brasileira*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo, EDUSP, 1980.
- ROCHA, L. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Editora Brasília S. A., 1971.
- SAMPAIO, T. e TESCHAUER, C. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Bahia: Ed. Livraria Progresso, 1955.
- SAVIANI, Dermeval et alii. *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, HISTEDBR, 1998.
- SELLTIZ, Wrightsman e Cook. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. Volume 1. São Paulo. EPU, 1987.
- SODRÉ, N. W. *História e Materialismo Histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1987.
- SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Volume 1, 2 e 3. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- VÉSCIO, L. E. e SANTOS, P. B. (orgs.). *Literatura e História. Perspectivas e convergências*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado et alii. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo, Editora FTD, 1994.
- WALLACE, A. R. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Tradução de Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828 – 1829)*. Volume 1 e 2. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985.

WELLS, J. *Explorando e viajando três milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Tradução de Myriam Ávila e introdução de Christopher Hill. Volumes 1 e 2. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

ANEXO 1

Algumas breves biografias

Consideramos oportuno apresentar alguns dados acerca dos viajantes no qual utilizamos fragmentos de suas obras no corpo do texto uma vez que o modo de ver e registrar traz consigo um pouco do que somos. Sendo assim, segue abaixo um breve panorama sobre alguns viajantes, breve pois muito teríamos a escrever sobre cada um deles, mas não é este o propósito deste trabalho, portanto trazemos apenas algumas informações que permitem saber quem foram e quando aqui estiveram, não nos preocupando com a ordem cronológica da apresentação.

John Mawe

John Mawe era mineralogista e comerciante, nascido em 1764, em Derbyshire e falecido em 1829, Londres.

Visando o enriquecimento e movido pelo seu espírito aventureiro e pela curiosidade em conhecer aspectos brasileiros, Mawe veio para a América do Sul em 1807, indo para Buenos Aires e Montevideú. No ano seguinte chegava ao Rio de Janeiro com uma carta de recomendação para o Conde de Linhares; esta carta o apresentava como pessoa entendida em mineralogia. Regressou a Londres em 1810.

Mawe foi o primeiro estrangeiro a obter autorização das mãos do então Príncipe Regente D. João, em 1808, para visitar as minas de diamantes de Minas Gerais e outras regiões do interior, “nenhum outro inglês jamais iniciou uma empresa semelhante com esses requisitos indispensáveis ao sucesso – permissão e sanção do governo.” (Mello-Leitão, 1934, p. 16).

Em 1812, surge a primeira edição britânica de *Viagens ao interior do Brasil*, seguida pela segunda edição em 1821, com publicações em francês, italiano, holandês, sueco, alemão, russo e português, sendo sua obra capital, deixando memórias impressas e prestando ótimos serviços à Ciência Pura, com suas observações acerca dos domínios da geologia e da mineralogia, um verdadeiro relatório científico das jazidas e

explorações diamantíferas da América do Sul. Em termos gerais, Mawe, em sua mais importante obra, *Viagens ao interior do Brasil*, (1812), faz descrições e análises da terra visitada mostrando que ele a vê principalmente como uma terra inexplorada. Essa percepção, ligada a um sentido de “desperdício” de potencialidades, explica também as contínuas sugestões de aperfeiçoamento das explorações agrícolas, minerais, comerciais e tecnológicas: “Ao descrever as condições atuais da mineração e da agricultura nos seus domínios, tomei a liberdade de sugerir alguns melhoramentos, que, na minha modesta opinião, contribuiriam para aumentar a renda de Vossa alteza Real e multiplicar os recursos do país.” (p. 21). Percebe-se no texto uma grande expectativa quanto às imensas riquezas que supõe existirem no país, e um projeto exploratório prévio.

John Luccock

John Luccock era um comerciante, muito culto, que veio para o Brasil, em 1808, como representante da firma Lupton & Co., de Leeds. Observador excelente e criterioso, considerado um dos mais originais cronistas das coisas do Brasil-colônia, principalmente do Rio de Janeiro, cujas notas permitem apreciar a evolução da cidade que se preparava para a capital do único Império sul-americano, Luccock documentou dez anos de nossa história (1808-1818). Escreveu também sobre a língua tupi.

A sua vinda ao Brasil esteve diretamente relacionada à participação da Inglaterra na transferência da Corte e aos tratados comerciais estabelecidos com este país, tendo permanecido aqui até 1818.

Pouco sabemos sobre sua vida. Viajou pelo nordeste, Rio de Janeiro, Minas e sul do país, passando por Vila Rica em 1817, percorrendo estradas, descrevendo a natureza e os costumes, chegando a ir até o Rio Grande do Sul.

Maria Graham

Viajante, escritora e desenhista, Maria Graham nasceu em 19 de junho de 1785, Papcastle, Inglaterra, falecendo em 1842, em Londres. Filha de George Dundas, desde cedo viajou pelo mundo. Esteve na Índia, de onde resultou seu primeiro livro de viagens, na Itália e na América do Sul.

A inglesa, de educação muito apurada, em 1821 veio para a América do Sul, em plena agitação autonomista, capitaneada pelo marido Thomas Graham, na Fragata Doris, exercendo a função de professora de literatura de um grupo de guarda-marinhas que fazia uma viagem de aprendizagem e instruções no navio-escola britânico.

Chegou no Brasil em setembro de 1821, viajando pela América do Sul, em março de 1822, para o Chile, onde perdeu seu marido. Voltou para o Brasil em março de 1823, desembarcando no Rio de Janeiro. Como governanta da princesa, parte para a Inglaterra, a fim de preparar material didático para a educação da mesma, mandando imprimir em português os livros didáticos mais famosos, retornando para o Brasil em agosto de 1824. Partiu definitivamente para a Inglaterra em fins de 1825, se casando novamente com August Calcott.

Graham se assume como uma viajante não desinteressada: “Lamento não ter tido tempo para ver mais cousas da gente e do país. Mas como não somos viajantes por curiosidade, mas estamos em serviço, no qual devemos observar a mais estrita obediência, nem ousamos pensar em excursão mais longa”.

Robert Walsh

O reverendo Robert Walsh chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1828. Embarcou de volta à Inglaterra no North Star, sob o comando do capitão Arobin, zarpando em 4 de maio de 1829, da baía de Botafogo, desembarcando em Portsmouth.

Médico e capelão da colônia britânica no Rio de Janeiro, que aliás não deixava de ser a seu modo um burocrata, um funcionário britânico, ora a serviço de Deus, ora a serviço da Sua Majestade Britânica.

Do Rio de Janeiro viajou para Minas Gerais, com destino a São João Del Rey, onde passou a maior parte do tempo, chegou a visitar Vila Rica e São José.

Em sua obra descreve com grande riqueza e precisão de detalhes fatos importantes e também os corriqueiros (como quando fala dos carrapatos). Trata dos mais diversos temas, contendo sua obra mapas, gravuras e partituras de músicas.

John Armitage

Nasceu em 1807, na cidade de Failsworth, Inglaterra e faleceu aos 48 anos, em Manchester, em 1856.

Veio para o Brasil em 1828, com vinte e um anos, como auxiliar da casa Philipe, Wood & Co. em sua filial no Rio de Janeiro, ficando aqui até 1835.

Freqüentou o ambiente da corte, convivendo com políticos, intelectuais e pessoas de prestígio, tendo a oportunidade de testemunhar e conhecer fatos de nossa história e de ter acesso a documentos e fontes de informações importantes da época, franqueados a poucos. Sua obra, *História do Brasil*, se caracteriza por retratar de forma clara e imparcial, na medida do possível, num estilo bem humorado, até mesmo levemente irônico, os traços das principais personagens do momento, como a marquesa de Santos, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, D. Pedro e outros.

George Gardner

O botânico e zoólogo, George Gardner nasceu em 1812, Glasgow, e faleceu em 1849. Chegou ao Brasil, vindo de Liverpool, com o espírito excitado pelas descrições extraordinariamente belas que deram Humboldt e outros viajantes sobre a beleza e variedade da natureza das regiões tropicais, sendo sido financiado por amigos ricos de seu professor William Hooker. Uma vez no Rio de Janeiro, 1836, passou por Pernambuco, Bahia, Ceará, alagoas e outras regiões do nordeste, chegando até Minas Gerais. Depois de quase cinco anos entre nós, retornou à Inglaterra, em 1841 zarpando do porto do Maranhão.

Ao voltar para a Europa, levou um acervo grandioso de milhares de espécies vegetais, tornando-se diretor do Jardim Botânico, no Ceilão, onde faleceu.

Em seu livro *Viagens no interior do Brasil*, (1846) trata acerca de flora, da fauna, das jazidas de minérios de ouro e ferro, sobre transportes através de rios, homens e costumes brasileiros. Seus interesses são quase exclusivamente botânicos e geológicos. Andou principalmente nas áreas de mineração de ouro e diamante, onde a riqueza da flora o fascinou.

James William Wells

A maioria dos viajantes que aqui estiveram eram naturalistas ou comerciantes, mas também vieram engenheiros como foi o caso de Wells, um engenheiro civil ferroviário, membro da Royal Geographical Society (RGS) de Londres e da Constitution of Civil Engineers, visto como grande entendedor acerca do Brasil.

Chegou no Brasil em 1868 ou 1869 e aqui permaneceu até 1888. Viajou para Minas Gerais, vindo do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1873, com uma equipe de engenheiros organizada pelo Public Works Construction Company, de Londres, contratado pelo governo imperial para levantar um itinerário para o trecho final da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Sua narrativa centra-se, portanto, mais nas produções, nos transportes, no comércio, nas tecnologias ou na falta dessas coisas, nos habitantes e seus costumes do que em folhas e bichos. De forma menos técnica, e freqüentemente marcada pela presença do autor, sua narrativa explora muitas vezes o teatral e o grotesco, usando uma linguagem objetiva de engenheiro, com grande eficiência descritiva e tom sarcástico de algumas cenas e diálogos, quanto a descrição das paisagens chega a ser lírico.

Daniel Parish Kidder

Missionário metodista norte-americano esteve no Brasil, juntamente com o Reverendo J. C. Fletcher, em 1836. Viveu por muito tempo no Rio de Janeiro e viajou de norte a sul do país, retornando aos Estados Unidos em 1840.

Na sua obra *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil* Kidder nos dá um panorama da vida brasileira daqueles tempos e faz um estudo das nossas instituições, para tanto conheceu pessoas de vulto conseguindo assim informações valiosas, que muito o ajudaram a conhecer nosso país. Tal obra se destaca pela fidelidade aos fatos e objetos.

Louis Agassiz

Naturalista suíço naturalizado norte-americano, partindo de Nova York chegou

ao Brasil em 1865, juntamente com sua esposa, que o ajudou a escrever sua obra *Viagem ao Brasil: 1865-1866* Viajaram por diversas partes de nosso território, fazendo descrições pormenorizadas da flora, fauna e dos hábitos locais.

Sua obra se encontra traduzida em várias línguas, contendo muitos desenhos. Na sua viagem outros naturalistas e desenhistas os acompanharam, registrando tudo o que era possível.

Charles Ribeyrolles

Publicista e político francês, partiu para o Brasil em 1858 aqui permanecendo por dois anos.

Em sua obra mais conhecida *Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, instituições, colonização, que vem acompanhada de um álbum de fotos e costumes*, escreve sobre as fazendas de café, época da opulência cafeeira fluminense; sobre as condições de vida da mísera população servil e criticou as instituições políticas do Império, pois era republicano.

Hermann Burmeister

Professor catedrático da Universidade de Halle, chegou ao Rio de Janeiro em 1850, juntamente com Peter Wilhelm Lund, indo até Minas Gerais. Regressou para a Europa em 1852.

Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos diamantíferos, publicado em 1853, se apresenta como um relatório de viagem com descrições e anotações de impressões pessoais, contendo mapas e desenhos.

José de Anchieta

Chegou à Baía de Todos os Santos em 1553, junto com D. Duarte da Costa e do

padre Luiz da Grã.

Professor de primeiras letras e de latim, seu gênero de escrita foram as cartas, onde descreve muito bem o Brasil, tecendo elogios a este Novo Mundo.

Escreveu várias obras dentre elas *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Cartas Jesuíticas 3 e Gramática da Língua Geral.*

Thomas Ewbank

Exímio desenhista e notável escritor americano, partiu de Nova York em 1845 chegando ao Rio de Janeiro em 1846, permanecendo em nosso país por apenas um ano.

Em sua obra *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*, contém um apêndice com ilustrações das artes sul-americanas antigas. Tal obra está no formato de diário, com descrição da sua viagem marítima, da costa brasileira e de tudo o que pode observar e anotar acerca da natureza e da gente do Brasil.

Johann Baptist von Spix e Karl F. P. von Martius

Os dois alemães, o zoólogo Spix e o botânico Martius talvez sejam os viajantes mais conhecidos e também os de maior relevância devido as muitas contribuições advindas de seus muitos escritos. Estiveram no Brasil em 1817, ficando aqui até 1820.

Dentre as obras de viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* merece especial atenção, pois se apresenta como narrativa de viagem, inventário científico, sobre o homem da época e sua complexa atividade social, econômica, cultural e política de forma brilhante.

Na viagem que durou três anos e meio, o botânico Martius e o zoólogo Spix, não obstante suas missões estritamente científicas, deixaram-se fascinar pela sociedade brasileira. A riqueza da obra está na observação, constatação e compreensão dos problemas registrados na sociedade brasileira de então.

ANEXO 2

Viajantes e suas obras em números

A importância dos textos e ilustrações deixadas pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil é inegável, seja sob a forma de narrativa de viagem ou como inventário científico, que fale sobre o homem da época e sua complexa atividade social, econômica, cultural e política.

O alcance e a divulgação se ampliaram através das muitas reedições e traduções, ajudando inúmeras disciplinas como instrumento de trabalho e contribuindo para construir as distintas imagens que os brasileiros tem de si mesmos e do próprio passado; foram responsáveis por estereótipos que aderiram à historiografia do século XIX, como por exemplo: a hostilidade, a indolência do brasileiro, a imoralidade dos negros e a falta de cultura e interesse pelo saber por parte grande parte da população brasileira.

Os relatos de viajantes estão sendo utilizados cada vez mais como documentação em trabalhos de História, Antropologia, Sociologia, Economia e Literatura, e mais recentemente, como documentação para trabalhos na área da História da Educação.

Julgamos interessante trazer para este trabalho os resultados obtidos com a pesquisa expondo-os em números para se ter uma idéia de sua amplitude e de sua grandeza como fontes para a história.

A pesquisa realizado no programa de Iniciação Científica nos deu uma grande quantidade de nomes de viajantes, juntamente com suas obras, compondo um amplo e numeroso fichário, como mostra a tabela 1, que demonstra o número de nomes de viajantes que foram encontrados nesta longa caminhada de dois anos de pesquisa.

O apontamento desses nomes requer algumas explicações pormenorizadas, alguns desses autores viajantes nos deixaram mais de uma obra como é o caso por exemplo de Spix e Martius, Saint Hilaire, Hans Staden, enquanto outros ainda não se tem suas obras identificadas ou mesmo não se sabe se chegaram a deixar algum escrito sobre suas viagens, sobre o Brasil, em especial, mas se sabe que passaram pelo Brasil, através de expedições ou a passeio.

Tabela 1:

VIAJANTES EM NÚMEROS	
Viajantes/obras que tratam sobre educação	92
Viajantes/obras no aguardo de verificação	745
TOTAL	837

A tabela 2 nos mostra a quantidade de obras levantadas cuja localização ainda não se sabe. Através de leituras de livros que se dedicam à vida e as obras de viajantes estrangeiros que aqui estiveram e de leituras de obras dos próprios viajantes onde citavam nomes de companheiros de viagem, é que teve contato com tantos nomes e obras, sendo que muitos conseguiram-se localizar e outras ainda não.

Tabela 2:

OBRAS NÃO LOCALIZADAS, MAS QUE CONTÊM ESCRITOS SOBRE A EDUCAÇÃO ⁶	
<i>OBRAS ESCRITAS EM</i>	NUMERO DE OBRAS
Inglês	06
Francês	07
Alemão	01
Espanhol	01
Português	02
TOTAL	17

Na tabela 3, em buscas feitas através do sistema integrado entre bibliotecas da

⁶ Apesar de não saber a localização dessas obras, sabe-se que em seus escritos contém referências à educação no Brasil no período correspondente à visita do viajante, informações estas obtidas através de leituras de obras que falam sobre os viajantes e suas obras, são obras que chamamos de referência.

qual a Unicamp faz parte, foi possível localizar obras que se encontram nessas bibliotecas que mantêm contado com a Unicamp.

Tabela 3:

OBRAS LOCALIZADAS EM BIBLIOTECAS FORA DA UNICAMP E QUE FALAM SOBRE EDUCAÇÃO	
<i>OBRAS ESCRITAS EM</i>	NÚMERO DE OBRAS
Inglês	10
Francês	08
Alemão	01
Espanhol	01
Italiano	02
Português	03
TOTAL	25

Já a tabela 4 apresenta o número de obras de viajantes que estão em bibliotecas dentro da Unicamp mas que não apresentam ainda traduções, portanto estão escritas em inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, conforme demonstra a tabela.

Tabela 4:

OBRAS LOCALIZADAS EM BIBLIOTECAS DA UNICAMP E QUE FALAM SOBRE EDUCAÇÃO, MAS SEM TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS	
<i>OBRAS ESCRITAS EM</i>	NÚMERO DE OBRAS
Inglês	05
Francês	05
TOTAL	10

Na tabela 5 os números mostram a quantidade de obras lidas e as não lidas. Esta

leitura possibilitou a catalogação com um resumo da obras dando destaque para os trechos que tratam sobre a educação no Brasil, no período que corresponde à estada do viajante aqui.

Tabela 5:

OBRAS LOCALIZADAS EM BIBLIOTECAS DA UNICAMP E QUE FALAM SOBRE EDUCAÇÃO	
Obras Lidas	34
Obras traduzidas e não lidas	06
TOTAL	40

Por fim, a tabela 6 nos dá um apanhado geral em números sobre o que se conseguiu com o levantamento, no que se refere a obras que tratam de educação em seus relatos, seja de forma direto ou indireta, seja em breves frases ou longas explanações; bem como o indicativo de que muito ainda há que ser feito, se compararmos os números desta tabela com os da tabela 1.

Tabela 6:

NÚMERO TOTAL DE OBRAS QUE FALAM SOBRE EDUCAÇÃO	
Obras não localizadas	17
Obras localizadas em bibliotecas fora da Unicamp	25
Obras não traduzidas	10
Obras lidas	34
Obras traduzidas e não lidas	06
TOTAL	92

Estes resultados obtidos demonstram que um trabalho de pesquisa dessa

natureza consiste em algo demorado e que exige persistência, paciência e dedicação para que seu andamento não seja comprometido, além, é claro, de necessitar de uma equipe grande para conseguir abarcar um maior leque de procura, em diferentes lugares.

Um quadro como este nos indica, também, que as obras deixadas pelos viajantes estrangeiros, quaisquer que sejam sua nacionalidade ou a época em que estiveram no Brasil, percorrendo as mais diferentes regiões e registrando os mais diversos aspectos de nossa terra e de nossa gente, um amplo campo de pesquisa onde estas obras sirvam como fontes para os mais variados estudos nas muitas áreas e disciplinas existentes.

ANEXO 3 – Modelo de ficha catalográfica

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL"	
FICHA DE CATALOGAÇÃO n ^o	PROJETO DE PESQUISA: Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira
REFERÊNCIA DA FONTE 918.1 Ag16v IFCH	AUTOR Agassiz, Louis (1807-1873) MmeElizabeth Cary (1822-1907) - autor secundário
	TÍTULO Viagem ao Brasil, 1865-1866
	EDITORA E EDIÇÃO São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938
	OBRAS DE REFERÊNCIA Brasiliana, v.95, série 5 ^a . Biblioteca Pedagógica Brasileira
	PERÍODO século XIX
	OUTRAS INFORMAÇÕES Tradução e notas: Edgar Sussekind de Mendonça Tradução de Voyage au Brésil 654p., :il Chegada em 23 de abril de 1865
	RESUMO INDICATIVO Obra escrita juntamente com Sra Agassiz, descrevendo a viagem, a corrente do Golfo Stream e aventuras. A expedição visou estudar as bacias brasileiras e a distribuição de peixes e da vegetação, recolher amostras para coleção e fazer pesquisas geológicas. Descreve a chegada ao Rio de Janeiro e suas impressões sobre a cidade, seus habitantes, brancos e negros; escreve sobre as instituições públicas, sobre a família Imperial, sobre a flora e a fauna; fala sobre as festas e os costumes, das escolas e da educação feminina. Escreveu sobre o clima, os índios e aspectos geográficos. Passou pelo Pará, Manaus, Amazonas e rios afluentes. Fala sobre a Guerra do Paraguai, da Constituição, da forma de governo e da mistura de raças. Chega até o Ceará. No Rio escreve sobre a moral do clero, sobre os colégios, escolas, academias, sobre a condição da mulher.
	PALAVRAS CHAVES Educação-viajantes-século XIX Geologia-viajantes



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL"

FICHA DE
CATALOGAÇÃO
nº

PROJETO DE PESQUISA: Levantamento e
Catalogação das Fontes Primárias e
Secundárias da Educação Brasileira

REFERÊNCIA DA FONTE B869.61 An21c FE	AUTOR
	Anchieta, José de (Tenerife, 1534-Espírito Santo, 1597)
	TÍTULO
	Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões.
	EDITORA E EDIÇÃO
	Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988
	OBRAS DE REFERÊNCIA
	Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, v.149
	PERÍODO
	século XVI
	OUTRAS INFORMAÇÕES
	562p. Veio para o Brasil em 1553 com Duarte da Costa.
	RESUMO INDICATIVO
Em formato de cartas destinadas aos superiores de Coimbra, Lisboa e Roma, são verdadeiros tratados de etnografia, sobre a flora e a fauna; a moral e o ensino. Fala sobre a rotina dos padres, a moradia, vilas, aldeias, índios, alimentação, costumes, casamentos, religiosidade, feiticeiros e curandeiros, habitações, educação, ensino, cultura, canibalismo. Escreve de Piratininga, de São Vicente, Itanhaem, Bahia, Rio de Janeiro. Fala sobre o Brasil e suas capitanias, da nomeação dos lugares, dos governadores e capitães, dos Bispos, da ocupação e dos colégios da Cia dos jesuítas. O prefácio fala sobre a vida de José de Anchieta.	
PALAVRAS CHAVES	
jesuítas-educação-século XVI índios-costumes-jesuítas	